

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FEMINISTAS POR OPÇÃO, CATÓLICAS PELO
DIREITO DE DECIDIR: AGENTES FEMINISTAS NA
IGREJA CATÓLICA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Julia do Carmo da Silva

Santa Maria, setembro de 2015

**FEMINISTAS POR OPÇÃO, CATÓLICAS PELO DIREITO
DE DECIDIR: AGENTES FEMINISTAS NA IGREJA
CATÓLICA**

Julia do Carmo da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jurema Gorski Brites

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

do Carmo da Silva, Julia
FEMINISTAS POR OPÇÃO, CATÓLICAS PELO DIREITO DE
DECIDIR: AGENTES FEMINISTAS NA IGREJA CATÓLICA / Julia do
Carmo da Silva.-2015.
102 p.; 30cm

Orientadora: Jurema Gorski Brites
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2015

1. Feminismo 2. Igreja Católica 3. Modernidade I.
Gorski Brites, Jurema II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**FEMINISTAS POR OPÇÃO, CATÓLICAS PELO DIREITO DE
DECIDIR: AGENTES FEMINISTAS NA IGREJA CATÓLICA**

elaborada por

Julia do Carmo da Silva

Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

Comissão Examinadora:

**Jurema Gorski Brites, Dr^a (UFSM)
(Presidenta/Orientadora)**

Débora Krischke Leitão, Dr^a (UFSM)

Fabíola Rohden, Dr^a (UFRGS)

Santa Maria, 28 de setembro de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que lutam diariamente em um sistema que ainda as subjuga. Dedico esse trabalho às Anas, Marias, Lauras, às tantas mulheres sem nome que morrem, sofrem, e mesmo assim, ainda buscam um amanhã melhor. Dedico esse trabalho a todas as mulheres, guerreiras anônimas, que em suas ações cotidianas enfrentam um machismo tão enraizado e disfarçado de opinião, piada, tradição. Dedico esse trabalho a todas que levantam sua voz e gritam, pela primeira vez, mais alto do que aqueles que sempre foram o centro das atenções. Dedico esse trabalho a todas que foram chamadas de bruxas, loucas, histéricas, radicais, justamente por irem contra as vontades daqueles que lhes imputaram séculos de dominação. Dedico esse trabalho a todas aquelas que são feministas, mas ainda não o sabem e ao feminismo, minha armadura nesse mundo que às vezes parece tão triste, mas que graças a todas vocês ainda tem jeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que me auxiliaram durante esse processo. A minha orientadora, Jurema, sem a qual esse trabalho não existiria e que, muitas vezes, me pegou pela mão, me indicando o caminho quando tudo parecia perdido. Às professoras Débora e Fabíola por terem aceitado meu convite para banca e contribuído muito para o resultado final. Ao meu amor, Felipe, que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu mesmo duvidava e que teve que encarar meus períodos de crise, mas que nunca saiu do meu lado. A minha família, por ser minha base e meu estímulo, principalmente minha mãe, Ana, minha maior referência de força e determinação e meu irmão Eduardo, que é simplesmente o que eu queria ter sido na idade dele. As minhas amigas e amigos, que sempre me deram apoio e estiveram prontos para me distrair quando eu necessitava, incluindo não perguntar nada sobre a dissertação quando eu estava muito nervosa pra falar. Em especial a minha companheira de graduação e de vida Fernanda, minhas irmãs do Unas, principalmente a Nanda, minha melhor aquisição de 2014, e ao Gabriel, meu companheiro de aulas, dramas e álcool. A todas e todos os outros, humanos e não humanos, que encararam a difícil jornada de Julia pós-graduanda. Vocês são minha força para seguir em frente.

EPÍGRAFE

Lilith

Não sou feita de um pedaço teu.
Sou criação independente
feita do mesmo pó
e de saliva e sangue
Desejo e vida

Prefiro o exílio à submissão

Sou teu maior temor
E também teu maior desejo,
mas não podes possuir-me
Pois sou livre
Não sou tua
Sou minha

Eu sou a paixão da noite
Sorratamente apareço
em teus sonhos ardentes,
nas noites de Lua Nova

Se permaneço ou sigo adiante
não terás certeza
Pois não sou caminho
Sou abismo

Sou mulher com asas
Meu desejo é a igualdade
De direitos
De prazeres
de ficar por cima

Sou mulher indomada,
Assumo o meu poder
com destemor e força,
entusiasmo e prazer.

-Fabiane Ponte-

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Rosângela Talib e Regina Jurkewicz. na sede do CDD em São Paulo.....	39
Figura 2 - Crucifixo feminista na sede do Católicas.....	42
Figura 3 - CDD em campanha a favor da descriminalização e legalização do aborto.....	47
Figura 4 - Imagem 1 campanha aborto.....	48
Figura 5 - Imagem 2 campanha aborto.....	49
Figura 6 - Imagem 3 campanha aborto.....	49
Figura 7 - Imagem 4 campanha aborto.....	50
Figura 8 - Imagem sobre a questão do aborto.....	53
Figura 9 - Capa do Facebook em apoio à pauta LGBT.....	54
Figura 10 - Capa da cartilha “Conversando a gente se entende: aborto”.....	59
Figura 11 - Modelo da representação feminina na cartilha “Conversando a gente se entende: Aborto”.....	60
Figura 12 - Estrutura interna da fotonovela.....	64
Figura 13 - Capa e estrutura interna da cartilha “Pensando a democracia, os direitos reprodutivos e a tolerância religiosa”.....	66

RESUMO

FEMINISTAS POR OPÇÃO, CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR: VOZES FEMINISTAS NA IGREJA CATÓLICA

AUTORA: JULIA DO CARMO DA SILVA

ORIENTADORA: JUREMA GORSKI BRITES

Data e local de defesa: Santa Maria, setembro de 2015

O presente trabalho busca analisar de que forma a ONG feminista católica Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) concilia, através de seus discursos e práticas, o feminismo e o catolicismo. Para isso, optou-se pelo uso da etnografia multisituada a fim de explorar diferentes campos de inserção do grupo. Ao analisar entrevistas presenciais, página do facebook, materiais produzidos pela ONG e declarações nos meios de comunicação, pode-se concluir que o grupo conta com uma militância altamente profissionalizada e atuante em diferentes áreas, que aliada a uma visão de sujeito moderno tem como uma de suas principais bandeiras o livre arbítrio e a autonomia dos sujeitos. Além disso, pensar suas ações e discursos necessita um olhar para a disputa de poder no qual o grupo se insere dentro do campo religioso. Ao se contrapor à voz oficial da Igreja, defendendo novas possibilidades de ser católico e católica, e tentando demarcar um novo posicionamento dentro desse campo, o grupo se coloca como agente na busca de alterações na estrutura dominante.

Palavras-chaves: Feminismo, Igreja Católica, Modernidade.

ABSTRACT

FEMINISTS BY CHOICE, CATHOLIC FOR THE RIGHT TO DECIDE: FEMINIST AGENTS IN CATHOLIC CHURCH

AUTHOR: JULIA DO CARMO DA SILVA

ADVISOR: JUREMA GORSKI BRITES

Date and place of the Defense: Santa Maria, september, 2015.

This study aims to examine how the Catholic feminist NGO Catholic for the Right to Decide (CRD) reconciles, through its discourses and practices, feminism and Catholicism. For this, we opted for the use of multilocalized ethnography to explore different group entry fields. By analyzing in-person interviews, Facebook page, materials produced by the NGO and statements in the media, it can be concluded that the group has a highly professional and active militancy in different areas, which, combined with a modern individual vision, has as one of its main goals free will and autonomy of subjects. Also, thinking its actions and discourses requires a look at the power struggle in which the group falls within the religious field. By counteract the official voice of the Church, arguing new possibilities of being Catholic men and women, and trying to stake out a new position within this field, the group arises as an agent in the search for changes in the dominant structure.

Keywords: Feminism, Catholic Church, Modernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. UMA ANTROPÓLOGA FEMINISTA DIANTE DA RELIGIÃO	11
1.1 O trabalho de campo: sobre percursos e metodologias.....	16
2. CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR: VOZES FEMINISTAS DENTRO DO CATOLICISMO	32
2.1 “Entre Catolicismo e Revolução, não há contradição!”: O Católicas por suas fundadoras.....	39
2.2 O Católicas na Internet: Bandeiras políticas no Facebook.....	46
2.3. Pela Vida das Mulheres: o posicionamento do Católicas sobre o aborto.....	58
2.3.1 As cartilhas do CDD: Defesa católica do aborto.....	58
2.3.2 CDD e o discurso sobre o aborto na mídia.....	70
3. EM BUSCA DAS RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA E FEMINISMO	76
3.1 Teologia feminista e a discussão sobre direitos reprodutivos.....	82
3.2 Igreja Católica e Modernidade: Novas concepções de Deus e indivíduo.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

INTRODUÇÃO

Como ser católica e feminista? De que forma se podem conciliar dois campos que parecem tão distintos? Como ser católica e ao mesmo tempo defender o direito de decidir em casos como aborto, livre sexualidade e homoafetividade? A curiosidade sobre essas questões, analisadas a partir do grupo Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), foram os pontos iniciais dessa pesquisa.

A partir do momento que comecei a investigar o grupo me deparei com outras lógicas tão interessantes quanto seus posicionamentos. A alta profissionalização, aliada as diversas ações, focadas em públicos e mídia distintas mostrou a alta complexidade desse grupo e a importância de eleger as suas práticas como um dos focos principais da pesquisa.

No capítulo 1, “Uma antropóloga feminista diante da religião” tento mostrar de que forma minha trajetória levou-me ao CDD e como o fato de ser militante feminista acabou favorecendo que o “outro” na verdade fosse meu próximo. Para isso, as reflexões de Gilberto Velho (1980; 1987; 2003) e Marilyn Strathern (2009) foram fundamentais, na medida em que me fizeram problematizar essa relação e de que forma ela interferiu na pesquisa.

Em “O trabalho de campo: sobre percursos e metodologias”, subitem do capítulo 1, explico de que forma se realizou meu campo, tendo em vista a minha recente inserção na área e como isso me ocasionou dificuldades de enxergar para além da ideia Malinowskiana de campo. Para isso, busquei, e trouxe nesse capítulo, desconstruir a ideia de campo fixo na pesquisa antropológica através de autores e autoras como George Marcus (2001), James Clifford (1999), Bela Feldman Bianco (1987), Mariza Peirano (2009), Emerson Giumbelli (2002), dentre outros. Também tentei mostrar de que forma o trabalho de campo se realizou, seus passos e procedimentos utilizados, como a escolha da metodologia e dos campos a serem investigados.

No capítulo 2 “Católicas pelo Direito de Decidir: Vozes feministas dentro do catolicismo” apresento o grupo estudado. Para isso lanço mão da etnografia multisituada, através da análise de múltiplos campos de trabalho: entrevistas presenciais, análise da página no facebook do CDD, materiais produzidos pelo

grupo e entrevistas concedidas pelas integrantes aos meios de comunicação. Em cada um dos campos, trabalho com técnicas distintas de análise, que considerem suas especificidades e possam resultar em novas informações sobre o grupo estudado.

O terceiro capítulo “Em busca das relações entre Igreja Católica e Feminismo” busca problematizar o contexto de surgimento do CDD, trazendo a Teologia Feminista, a discussão sobre direitos reprodutivos e a modernidade como pano de fundo. Além disso, trago brevemente um pouco da história da mulher dentro da Igreja Católica para melhor compreender as motivações do surgimento do grupo e suas pautas. Nesse capítulo, os conceitos e problematizações de Fabíola Rohden (1995; 1997), Ivone Gebara (2007), Ana Maria Doimo (1995), Mário de França Miranda (1992), entre outros, sobre o assunto foram fundamentais para a reflexão.

Considero que a análise do grupo possibilitou um maior entendimento acerca das relações entre Igreja Católica e feminismo, através da compreensão de como o CDD consegue conciliar, em seus discursos e práticas, esses dois campos. Além disso, a partir desses discursos, a relação entre a modernidade e o campo religioso pode ser explorada, mostrando como a ideia de autonomia é um dos principais pontos defendidos pelo grupo, que se insere na defesa de uma lógica moderna de indivíduo.

Do mesmo modo, a discussão sobre como o CDD opera nas brechas do sistema tendo como intuito alterar a forma dominante do discurso religioso sobre a mulher, dentre outros tópicos, faz com que olhemos para as lógicas de disputa de poder imbricadas nessa situação. Pierre Bourdieu (APUD Brites, 2014) e Sherry Ortner (2011) nos levam a problematizar acerca dessa questão, tentando compreender de que forma essa postura do grupo se insere dentro do campo religioso.

1. UMA ANTROPÓLOGA FEMINISTA DIANTE DA RELIGIÃO

Fui feminista antes de antropóloga, pois só conheci a antropologia durante a pós-graduação, enquanto a militância feminista esteve presente em minha vida desde os primeiros contatos que tive com grupos feministas, no início da graduação, em 2009, aos 18 anos. Mais tarde, as leituras sobre o assunto só me fizeram ter certeza que seguiria nesse caminho.

Meu interesse pela temática religião e gênero se deu ainda na graduação, quando em minha monografia estudei a representação das mulheres em uma revista católica na década de 1970. Meu estudo reafirmava o papel da igreja como disciplinador e subordinador das mulheres.

Ingressei no mestrado com um projeto que visava aprofundar esse estudo, ainda voltado às formas da religião católica de normatizar comportamentos entre os gêneros. Minha visão de catolicismo, pouco aprofundada teoricamente e extremamente atrelada às minhas próprias experiências e ao juízo de valor feito a partir do discurso hegemônico desta religião, era monolítica.

Não enxergava a Igreja Católica como um campo de disputas no qual a teologia é mediada pela maneira política de ver o mundo e as relações. Sua voz oficial era minha medida. Desconhecia as lutas internas, os grupos contrastantes. Acreditava que a Teologia da Libertação havia sido um momento único e que visões progressistas como aquela não existiam mais.

Depois de refletir, com a ajuda de minha orientadora e dos textos lidos no início do mestrado, decidi buscar novos vieses dessa relação e, mudando o foco para o presente, ver se a lógica permanecia a mesma dentro da Igreja Católica no tocante às relações de gênero.

Foi então que tomei conhecimento do grupo Católicas pelo Direito de Decidir (a partir de agora citado também como CDD), organização não governamental católica que se autodeclara feminista e defende abertamente assuntos considerados tabus pelo discurso oficial da igreja católica, como o aborto, relacionamentos homoafetivos, dentre outros. A possibilidade de unir o feminismo aos ideais católicos me pareceu algo interessante de se investigar. Além do mais, a temática se mostrava pouco conhecida na academia, mostrando-se com muitas possibilidades de análise.

Dessa forma, aqui busco analisar, através das práticas da ONG feminista Católicas Pelo Direito de Decidir, as formas como o feminismo e o catolicismo se relacionam em suas ações e discursos. Para isso, decidi trabalhar com distintos campos de pesquisa, que busquem dar um panorama geral de como o CDD concilia suas visões abertamente feministas a sua identidade enquanto católica.

Entretanto, inicialmente, foi muito difícil conseguir enxergar essa associação entre Igreja Católica e Feminismo, mais ainda entender de que forma ela era sustentada. O fato de a antropologia ter entrado na minha vida só a partir do mestrado, fez com que fosse difícil compreender o fazer etnográfico. Inicialmente, não conseguia visualizar outra forma que não a imersão total, local e solitária do modelo malinowskiano e, não sendo viável realizá-la, optei por trabalhar com campos distintos que, conjuntamente, pudessem dar uma ideia geral das razões e das formas utilizadas por esse grupo para conciliar esses pensamentos vistos como tão contraditórios.

Entretanto, essa escolha teve suas desvantagens. Ao focar ao mesmo tempo em materiais produzidos pelo grupo, entrevistas e redes sociais, não consegui aprofundar da maneira que desejava a análise em todos esses locais. Acredito que poderia ter ido além.

Dúvidas surgiram ao longo do processo, principalmente aquelas que diziam respeito à questão de conciliar minha militância como feminista em um trabalho que estudava o feminismo, sem com isso deixar que o mesmo se transformasse em um panfleto do movimento. Agora, tenho a plena consciência de que a Julia feminista se fez presente durante todo o trabalho. Minhas convicções se aliam às defendidas pelo CDD e isso não pode ser deixado de lado, fechado em alguma caixinha enquanto escrevo ou analiso, até porque o discurso de neutralidade científica não é horizonte das ciências sociais desde Weber

Como afirma George Marcus (2001), em projetos contemporâneos de investigação multisituada o etnógrafo ou a etnógrafa têm como objetivo encontrar discursos que se sobrepõem aos seus. A etnografia multisituada sai dos lugares e situações locais da investigação etnográfica convencional ao examinar a circulação de significados, objetos e identidades culturais em um tempo-espço difuso. No meu trabalho, ao percorrer esses espaços de análise,

encontrei discursos religiosos que conseguem se aliar às perspectivas feministas de gênero e se apresentam como áreas de empoderamento para a mulher. Essa descoberta colocou em xeque minhas percepções acerca do catolicismo.

Batizada e criada em uma família que se autodeclarava católica, cresci participando de cerimônias religiosas e ouvindo as narrativas acerca do céu e do inferno, e de que maneira deveria me comportar para merecer o primeiro. Seja cultuando uma virgem, vista como modelo de mulher, recebendo folhetos anti-aborto produzidos pela paróquia, ou ainda através da reiteração dos discursos vindos do papa quanto à sexualidade, sempre ficou clara a ideia do que era esperado de mim, como mulher.

Ainda na minha pré-adolescência desliguei-me da religião, e levei ao longo da vida essa ideia que sempre a ligou a processos de subordinação. Na minha graduação, quando me propus a investigar uma revista religiosa, segui essa lógica. O que não possibilitou que eu saísse de meu campo de conforto ou me deparasse com questionamentos acerca do que acreditava, já que a pesquisa reafirmava essa ideia da Igreja Católica como subordinadora das mulheres.

No presente trabalho, ao me deparar com lógicas distintas acerca do catolicismo, fui levada a refletir acerca de minhas concepções. E perceber que o catolicismo pode trazer um discurso tão próximo das pautas defendidas pelo movimento feminista, tão próximo das pautas defendidas por mim.

Para José Guilherme Cantor Magnani (2009) a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador ou pesquisadora entra em contato com o universo dos pesquisados e pesquisadas e compartilha seu horizonte. Entretanto, não o faz para aceitar permanecer nesse horizonte ou confirmar sua própria visão de mundo, mas sim para seguir nele até onde for possível, em uma relação de troca e para “comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente” (p. 135).

Saí desse processo com novos modelos de entendimento, sem dúvida. Modelos que me mostram possibilidades que antes pareciam não coexistir em um mesmo cenário. Meu horizonte não é compartilhado de forma total com o Católicas, mas consigo andar junto com elas muitos passos em direção a esse horizonte.

Em tom de brincadeira, falei para muitas pessoas que o grupo quase havia me convertido à religião novamente. A realidade não chegou a tais níveis, porém, consigo visualizar o catolicismo de uma forma diferente, com espaços nos quais concepções diferentes, que fogem da voz oficial, travam suas lutas por uma sociedade mais justa.

Entretanto, minhas concepções de feminismo não foram alteradas. Minhas crenças não estavam no catolicismo, mas sim no feminismo. E elas encontraram no CDD um outro que não era diferente, mas igual. O outro clássico da antropologia é o exótico, o diferente. Aqui achei um outro próximo.

O outro para o feminismo e para a antropologia é visto e interpretado de formas distintas. Marilyn Strathern (2009) afirma que apesar da antropologia ter interesses paralelos aos dos estudos feministas, elas divergem em vários pontos, principalmente no que diz respeito ao tratamento com o objeto de estudo.

É fundamental no feminismo essa demarcação de um outro, representado pelo homem ou pelas instituições patriarcais. Esse outro está em constante ataque para a demarcação de diferenças. Para a construção do eu feminista, é necessário um outro não-feminista.

Na antropologia, esse outro não está em constante ataque. O etnógrafo está aberto às perspectivas do outro e tenta traduzir a experiência desse outro através dos processos de alteridade com as suas próprias experiências. Além disso, as formas de compreensão e as experiências alheias relativizam verdades absolutas do eu e seu ponto de vista enriquece a própria visão de humanidade. Segundo Strathern (2009):

A investigação feminista sugere que é possível descobrir o eu ao se tornar consciente da opressão proveniente do "Outro". Deste modo, pode-se tentar recuperar um passado comum que é também o passado de si mesmo. A investigação antropológica sugere que o eu pode ser conscientemente usado como um veículo para representar a um Outro. Mas isto é somente possível se o eu rompe com seu próprio passado. (STRATHERN, 2009, p. 100)

Na minha pesquisa, o meu outro é, de certa forma, um outro no qual me reconheço. Não há uma ruptura com algo presente em meu passado, pelo contrário, há um encontro. Gilberto Velho (2003) é um dos autores que vai problematizar essa proximidade no trabalho antropológico contemporâneo,

vista como resultado da ampliação do campo de atuação da disciplina nas últimas décadas.

Esse processo, defende o autor, no Brasil deu-se, principalmente, a partir da década de 1970 com a incorporação dos estudos urbanos ao escopo da disciplina. Velho assinala que esse processo é forte e característico da produção antropológica brasileira, que procurou responder aos desafios e questões produzidos pelo golpe de 1964 e pela instauração do regime militar. Assim, tornou-se importante, não só política, mas também cientificamente, estudar os grupos explorados e oprimidos.

O autor alerta, contudo, que essa proximidade nunca é total, já que tanto pesquisador quanto pesquisados estão inseridos em diferentes contextos:

Vivemos experiências restritas e particulares que tangenciam, podem eventualmente se cruzar e constantemente correm paralelas a outras tão plenas de significados quanto as nossas. A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas (VELHO, 1980, p. 16)

Sendo assim, essa proximidade não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social, nem as regras que estão por detrás dessas interações. No meu caso, além do afastamento propiciado pela religião, geração, classe e bagagem cultural do grupo, levando em conta o fato de todas serem mestras ou doutoras em suas respectivas áreas e pertencerem à classe média/média alta, a forma de militância feminista exercida diferia das minhas experiências, sendo altamente profissionalizada, algo que analisarei com mais profundidade ao longo do trabalho.

Velho defende então que essa proximidade não deve ser encarada como um problema para a análise antropológica, na medida em que a “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada (1987, p. 129).

O exercício antropológico está em interpretar as interpretações de determinada sociedade ou grupo e isso, defende o autor, é complexo em qualquer investigação antropológica, independente da distância. Dessa forma ele acredita em uma relativização das noções de distância e objetividade, para

assim poderemos observar o familiar e estudá-lo sem preocupações sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros.

1.2. O trabalho de campo: sobre percursos e metodologias

O trabalho de campo etnográfico faz parte da própria constituição do saber antropológico, na medida em que, desde Boas e Malinowski passa a ser constitutivo do fazer e do pensar a antropologia, além de tornar-se uma das instâncias mais peculiares que diferencia a disciplina de outras áreas, caracterizando-a através do uso de um método específico. Por sua importância dentro da disciplina, sempre foi alvo de debates.

Ao elaborar meu projeto de pesquisa, ainda guiada pelo modelo etnográfico malinowskiano, eu almejava um campo de pesquisa clássico, grandes tempos de imersão, compartilhando uma cultura alheia, onde eu pudesse experimentar a “solidão existencial”. Sempre interessada na luta das mulheres, acabei elegendo pesquisar um grupo de católicas feministas que defendem o aborto e uniões homoafetivas, dentre outras pautas – o CDD com sede em São Paulo. Então ao delinear minhas estratégias de investigação meu projeto romântico começou a desmoronar.

Primeiro não havia condições financeiras para eu permanecer longamente em São Paulo. Minha orientadora propôs acercar-me do grupo via internet e outras possibilidades de expressão do mesmo. Lembro ainda da tarde de orientação, na qual a questioneei “ Queria uma experiência de pesquisa etnográfica, um campo como os que leio nos textos” . Voltando às condições possíveis de realização da pesquisa, tive que desconstruir algumas questões. O curso de mestrado inteiro em 24 meses ultrapassa em pouco a permanência de Malinowski na Melanésia, seria inviável pensar que poderia fazer algo do gênero em relação à permanência e contato com o grupo pesquisado.

Emerson Giumbeli (2002) ao problematizar a associação privilegiada que costumamos fazer entre trabalho de campo e antropologia, nos alerta acerca das ideias que nos vem à mente quando pensamos em trabalho de campo e que se mostram utópicas e idealizadas ao serem aproximadas das condições reais de pesquisa.

O autor coloca como um de seus objetivos “fundamentar a cidadania plena” das pesquisas antropológicas que não recorrem a experiências canônicas de trabalho de campo. Para isso, faz uma releitura dos célebres esclarecimentos prestados por Malinowski no capítulo de abertura da monografia *Argonautas do pacífico ocidental*, publicada em 1922, já que o autor tem lugar paradigmático na antropologia e, conseqüentemente, na associação entre antropologia e trabalho de campo.

Com isso, Giumbelli (2002) não pretende fazer uma crítica ao trabalho de campo ao a Malinowski, mas mostrar como a antropologia se vale de outras técnicas para obtenção de dados, e que elas devem ser exploradas a fim de uma maior proximidade com o objeto:

Somos assim conduzidos ao ponto que creio ser o mais importante nesta parte da discussão. A conclusão que se pode tirar dessa última passagem, assim como de todas as considerações anteriores, é que o “objetivo fundamental da pesquisa etnográfica” deve ser buscado a partir de uma variedade de fontes, cuja pertinência é avaliada pelo acesso que propiciam aos “mecanismos sociais” e aos “pontos de vista” em suas “manifestações concretas” (GIUMBELLI, p.102)

Além disso, o autor aborda acerca das variações no trabalho de campo, mostrando que apesar de ser considerado essencial à antropologia não há muita clareza a seu respeito. Citando Carrithiers (1996, p. 229) conclui “o trabalho de campo pode assumir tantas formas quanto forem os antropólogos, os projetos e as circunstâncias”.

Bela Feldman Bianco (1987) nos alerta como as concepções antropológicas e, com isso, o trabalho de campo teve de ser repensado devido ao estudo das chamadas das sociedades contemporâneas, principalmente na segunda metade do século XX:

Em contraposição aos enfoques dominantes, formulados a partir de sociedades consideradas “simples” e de “pequena escala”, as novas perspectivas emergentes neste período começaram a ter como base as assim chamadas “sociedades complexas”, ou, mais apropriadamente, “sociedades contemporâneas”. Esta ampliação do escopo da Antropologia foi propiciada por pesquisas de campo realizadas em contextos de transformações sociais aceleradas, incluindo desde processos crescentes de migrações do campo para a cidade até a emergência de novas nações na era pós-colonial. (BIANCO,1987,p. 12)

A autora defende que os questionamentos envolvendo o estudo das sociedades contemporâneas contribuiu para o florescimento da disciplina, com

novas problemáticas e novas questões surgidas em situações de rápida mudança social, com reformulações de pressupostos teóricos e de procedimentos de pesquisa. Ela aborda as preocupações dos chamados processualistas, que ao estudarem as sociedades pós-coloniais acabaram incluindo questões complexas como sistema mundial, capitalismo, poder e desigualdade.

Tereza Caldeira (1988), referindo-se a um tempo um pouco posterior, também demarca mudanças no fazer etnográfico em termos da autoridade do etnógrafo e etnógrafa. Tendo a antropologia surgido no âmbito do encontro colonial, o antropólogo ou antropóloga escrevia para sua sociedade sem expor as relações de poder estabelecidas nesse processo. Com a alteração desse contexto, a antropóloga e o antropólogo não escrevem mais sobre culturas isoladas, mas se defrontam com suas próprias sociedades. E com isso novas questões surgem para o trabalho antropológico que estimulam novas formas de ver e fazer etnografia.

Como toda área de conhecimento, a antropologia se reinventa ao longo do tempo, discutindo suas práticas e métodos. O trabalho de campo continua sendo uma importante prática dentro da disciplina, mas está se “retrabalhando”, usando aqui a expressão de James Clifford (1999). Atualmente, o advento de novas tecnologias, como a internet e meios de transporte mais eficazes e a multiplicação de pesquisas feitas por antropólogos e antropólogas nativas têm feito com que esse seja um debate cada vez mais frequente no meio antropológico.

A ideia de campo assume novas formas, que ao se desprenderem do espacial, abrem caminhos para enxergarmos ele mais como um conjunto de disposições, de práticas, de abertura ao outro, como afirma Clifford “pode ser útil pensar no ‘campo’ como um habitus mais que como um lugar, um conjunto de disposições e práticas corporizadas” (1999, p. 91). Assim, podemos entender o campo como algo em construção.

Strathern (2009) destaca que há uma longa tradição de ruptura com o passado na pesquisa antropológica, de maneira que as gerações teóricas tendem a ter vida curta. A reinvenção trata-se de uma característica reconhecida da disciplina.

Mariza Peirano (1995) acrescenta que talvez o fato mais marcante da antropologia seja que os autores e autoras nunca são propriamente ultrapassados/as. “nomes conhecidos, que um dia foram criticados e combatidos, frequentemente são incorporados nas gerações seguintes porque, relidos, revelam riquezas antes desconhecidas” (p. 21). Podemos falar até de uma “história espiralada”, já que segundo Michael Fischer (1985, p. 60 apud PEIRANO, 1995, p 21) a disciplina muitas vezes assume o caráter de duplicação ou repetição ao longo do tempo:

Há, com freqüência, um retorno a uma era anterior em busca de textos inspiradores, mas como a história não é circular, e sim espiralada, a duplicação ou repetição nunca é a mesma, pois existe sempre uma nova faceta ou uma nova solução (1985: 60)

Ainda segundo Peirano (1995), elementos como o contexto de pesquisa, orientação teórica, momento sócio-histórico e até personalidade do pesquisador ou pesquisadora e ethos dos pesquisados e pesquisadas influenciam o resultado obtido na pesquisa, fazendo com que a antropologia abrigue estilos diferenciados. Renovando-se através da pesquisa de campo a antropologia resiste e foge aos modelos rígidos encontrados em outras disciplinas.

A etnografia multisituada surge em meados dos anos 1980 como mais uma possibilidade dentro da antropologia. George Marcus (2001) liga seu advento ao Pós-Modernismo e as diversas fontes de inspiração trazida por esse movimento à etnografia, principalmente com a proposta de reconfigurar as condições para o estudo de culturas e sociedades contemporâneas.

Para o presente trabalho, me aproprio das visões do autor acerca da etnografia multisituada, por entender que a complexidade e amplitude do objeto de estudo é melhor compreendida através de uma análise que observe os diferentes contextos nos quais o mesmo está inserido. Além disso, a escolha por esse tipo de etnografia deu-se na medida em que percebi que a profundidade alcançada apenas com as entrevistas não daria conta de mapear as estratégias encontradas pelo grupo para conciliar feminismo e catolicismo em seu discurso e práticas.

A etnografia multisituada trabalha com objetos que não podem ser abordados etnograficamente, ser investigados em um só campo. Seu

surgimento advém, principalmente, da participação da antropologia em áreas interdisciplinares, como estudos de mídia, estudos feministas, estudos de ciência e tecnologia e algumas linhas de estudos culturais.

Ao trabalhar em diferentes campos, a etnografia multisituada usa como estratégia seguir as conexões, associações e relações nas quais o objeto de estudo está.

A investigação multilocal está desenhada ao redor de cadeias, caminhos, tramas, conjunções ou justaposições de locais nos quais o etnógrafo estabelece alguma forma de presença, literal ou física, com uma lógica explícita de associação entre os sítios que definem o argumento da etnografia. (MARCUS, p. 7, 2001, tradução minha)

Marcus (2001) afirma que todo trabalho de campo é potencialmente multisituado, já que os pesquisadores e pesquisadoras, de maneira geral, atravessam muitas localidades de trabalho possíveis, mas na medida em que a pesquisa se desenvolve, operam princípios de seleção para alinhar o campo com as percepções usuais do trabalho de campo, ou seja, em uma só localidade. Dessa forma, a etnografia multisituada deve ser entendida como mais uma possibilidade, na qual se decide – por determinadas razões – se manter mais de um campo na pesquisa.

Nessa proposta de associação, trago a análise de diferentes meios utilizados pelo CDD para estabelecer seu diálogo com a sociedade, salientando como cada um desses espaços irá utilizar estratégias diferentes e estará voltado para determinados públicos. A junção deles proporcionará uma visão mais clara do contexto geral do grupo e de suas práticas.

É importante também se considerar os limites desse tipo de etnografia. Marcus (2001) afirma que nem todos os campos de trabalho são tratados com a mesma intensidade através da etnografia multisituada e que elas são, inevitavelmente, produtos de conhecimentos de várias intensidades e qualidades. Entretanto, nos alerta, que combinar vários campos em um mesmo contexto de estudo e inferir suas relações com base em investigações antropológicas é uma importante contribuição, independente da variabilidade e da acessibilidade a diferentes locais.

Em meu trabalho, utilizei quatro campos de pesquisa distintos: a internet, através da análise da página do grupo no facebook; entrevistas presenciais com integrantes do CDD realizadas em São Paulo, além de complementações

por e-mail; análise de materiais produzidos pelo grupo e entrevistas concedidas pelas integrantes aos meios de comunicação sobre a temática do aborto.

Assim como a etnografia multisituada, a etnografia virtual traz novas questões para o trabalho de campo. Débora Krischke Leitão (2013) afirma que o número de pesquisas realizadas na Internet e/ou sobre Internet nas Ciências Sociais cresceu muito na última década, com diversas temáticas e abordagens, principalmente no campo da Antropologia Social.

Para Mário José Lopes Guimarães Júnior (2000) as redes telemáticas, o conjunto de tecnologias que possibilitam a comunicação à distância, configuram mais que um meio de comunicação, mas sim um espaço de sociabilidade, no interior do qual se desenvolvem práticas culturalmente determinadas e relativamente autônomas.

Dessa forma, elas oferecem suporte a um espaço simbólico que é palco das práticas e representações dos diferentes grupos que o habitam. O autor considera que o virtual não é o oposto do real, mas sim uma esfera singular da realidade. Assim, podemos utilizar esse espaço para compreender as sociedades contemporâneas.

André Sarmiento (2006) falará na nova dimensão de sociabilidade surgida com a internet, o ciberespaço. Para o autor, essas relações têm códigos e estruturas próprias e “a experiência de alteridade no seu interior é vivida de maneira bastante intensa através dos “ambientes de sociabilidade virtual” e das comunidades virtuais” (p. 1). Ele ainda afirma que esse ciberespaço não é homogêneo e essa característica permite que se faça um paralelo entre ele e as sociedades complexas contemporâneas.

Toda essa complexidade do ciberespaço também é utilizada pelo movimento feminista. Para Ana De Miguel (2005) temos uma diversidade de ciberfeminismos que constata a utilização da rede como ferramenta para influenciar a sociedade.

A internet se converteu em um elemento essencial para difundir informação, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações com a intenção de construir um mundo mais justo e igual. É o feminismo, que tem muito com que contribuir neste terreno, já é consciente disso. (2005, p. 40)

Apesar de problematizarem que as desigualdades de gênero ainda irão persistir no ciberespaço, a autora chama a atenção para a nova dimensão

oferecida pelas redes eletrônicas. Algo que é diferente de tudo o que o movimento feminista experienciou anteriormente. A corporalidade, característica marcante das lutas, é substituída por algo novo, trazendo novas formas de participação no movimento.

A autora traz a ideia de um “ciberfeminismo social”, que se desenvolve com a conexão com os movimentos antiglobalização e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, conectando-se ao feminismo e defendendo o uso estratégico do virtual na transformação da sociedade.

Um marco para esse debate, segundo o texto, foram as ações realizadas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em 1995, em Pequim. Na ocasião, grupos de mulheres reivindicaram o uso da dos meios de comunicação para empoderamento feminino, além de trazerem, pela primeira vez, transmissões do evento através de um espaço eletrônico.

Levando em consideração os meios de comunicação como possíveis ferramentas de transformação social e tendo em vista as modificações trazidas pelo advento do ambiente virtual, busco compreender, ao analisar a página do grupo na rede social facebook, quais as estratégias utilizadas para a defesa das pautas do CDD e como são recebidas por aqueles que acompanham a página, através das curtidas e comentários.

Meu primeiro contato com o CDD deu-se ainda em 2013, através de sua página na rede social facebook. Ainda com uma análise inicial, foi possível constatar como o discurso do grupo não se atrela ao que é esperado em se tratando de uma organização religiosa. Temas considerados tabus, como o aborto e a união homoafetiva são frequentes na página, utilizados em campanhas e defendidos como bandeiras políticas pelo grupo.

A singularidade do grupo foi um dos pontos principais que levaram ao interesse pela temática, por se tratar uma organização que se autointitula católica e ao mesmo tempo tem um discurso tão afastado dos grupos majoritários da Igreja Católica no que diz respeito às relações de gênero, autodeclarando-se feminista.

A partir desse momento, busquei um frequente acompanhamento da página e um maior conhecimento acerca de quem a administra, através de perguntas enviadas para o e-mail à responsável pela assessoria de

comunicação do grupo. Ela facilitou o contato com as integrantes, encaminhando minhas dúvidas a coordenação do Católicas.

Meu primeiro encontro presencial com uma integrante do grupo foi durante o congresso “Fazendo Gênero: Desafios Atuais dos Feminismos”, que ocorreu de 16 a 20 de setembro de 2013, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Dentro da programação do evento, ocorreu uma mesa redonda para discutir Estado Laico com a presença de Maria José Fontelas Rosado-Nunes, uma das fundadoras do CDD. Antes da palestra, apresentei-me e falei brevemente sobre meu projeto, pegando seu contato para futuras conversas.

Em abril de 2014, comecei a trocar e-mails com Regina Jurkewicz, outra fundadora do grupo. A partir daí, surgiu a possibilidade de um encontro com ela e outras pessoas ligadas ao CDD na sede do grupo, na cidade de São Paulo. No dia 14 de junho, encontrei-me com Regina Jurkewicz em São Paulo. Retornei ainda no dia 16 para conversar com Rosângela Talib, outra integrante do grupo, já que não tive tempo no primeiro encontro.

Fui determinada a entrevistar as integrantes do grupo para conhecer um pouco mais de suas histórias, assim como o que as levou à fundação do CDD. Devido ao pouco tempo que passei na cidade e a questões envolvendo a agenda do CDD, não consegui entrevistar duas das integrantes, Maria José Fontelas Rosado-Nunes e Yury Orozco, apesar de ter sido apresentada à segunda.

As entrevistas ocorreram de maneira proveitosa, com duração de cerca de uma hora e meia cada. Montei um pré-roteiro a fim de não esquecer nenhum ponto importante, entretanto, não me prendi a ele, deixando que as questões evoluíssem a partir das respostas dadas. As entrevistas foram gravadas. As questões presentes no pré-roteiro foram:

- 1 – Como chegou ao grupo?
- 2 - Onde nasceu/estudou?
- 3 – O catolicismo era presente na família de origem? Como
- 4 – Conte-me acerca do histórico do grupo.
- 5 – Como você colocaria o Católicas no cenário do feminismo brasileiro?
- 6 – Como o CDD se relaciona com outros grupos feministas?

- 7 – Como veem a abertura da igreja para o feminismo/ igualdade de gênero?
- 8 – Qual o papel da religião na sociedade?
- 9 – Como vocês lidam com as críticas ao grupo? Principalmente aquelas que contestam a autodeclaração do mesmo como católicas.
- 10 – Para muitos, catolicismo e feminismo são vistos como contraditórios. Como vocês lidam com isso?
- 11 – Vocês têm contato com outros grupos semelhantes?
- 12- Como são pensados os temas e campanhas?
- 13 – Como é a questão do financiamento?

No pré-roteiro tentei abordar diferentes temáticas concernentes ao grupo e sua relação com a igreja católica e o feminismo. Através dessas questões tentei compreender de que forma o Católicas está inserido dentro desses dois cenários e como o grupo lida com as contradições advindas disso.

Entretanto, percebi, mais tarde, que algumas perguntas importantes acabaram ficando de fora, principalmente as que diziam respeito às concepções de religião e feminismo do CDD, além do relacionamento com grupos semelhantes. As seguintes perguntas foram enviadas mais tarde por e-mail com a proposta de serem respondidas por todas as integrantes, (Rosângela Talib, Maria José Rosado Nunes, Regina Jurkewitz e Yury Puello Orozco) entretanto, apenas obtive as respostas de Regina Jurkewitz tendo que, então, trabalhar apenas sobre elas.

- Além das coordenadoras, como se compõe o grupo? Quem são os funcionários, os colaboradores, enfim, quem constrói o grupo com vocês?
- Qual a influência da Teologia Feminista nas concepções do grupo? Qual a relação com as teólogas feministas católicas e protestantes?
- O que é ser Católica para as integrantes do grupo?
- O que é ser feminista para as integrantes do grupo? Aliam-se mais a algum tipo de vertente?
- Como é a relação do CDD com outros grupos feministas?
- Quais eram as principais questões quando do surgimento do grupo? Como o contexto social influenciou nisso?

A escolha pelo uso das entrevistas deu-se pela constatação da necessidade de se ter um contato mais próximo com as idealizadoras desse grupo, a fim de compreender de que forma ele surgiu e como se organiza. Para Jean Poupart (2008), as entrevistas constituem, ainda que considerados seus limites, um dos melhores meios para apreender o sentido que as pessoas dão às suas condutas sociais.

Parto aqui da noção de que o discurso produzido pelos entrevistados e entrevistadas é uma versão da realidade, que está atrelada às suas experiências e ao contexto da entrevista, tendo de ser problematizado e desnaturalizado, processo esse que me foi especialmente difícil tratando-se de um grupo com posições semelhantes às minhas. A análise de outros materiais conjuntamente serviu também para ajudar nesse processo, através do cruzamento dos dados obtidos em outros meios.

Poupart (2008) também irá alertar para a importância de se obter a colaboração das entrevistadas e entrevistados para o sucesso de uma entrevista. Desde o início do processo, contei com a colaboração das pesquisadas, como o aceite imediato de participar da entrevista, até explicações detalhadas de como chegar adequadamente no local indicado. Ao me apresentar não apenas como pesquisadora, mas também como feminista, acredito que consegui ser vista de uma maneira que facilitou o diálogo. Senti que na primeira entrevista, realizada com Regina Jurkewikz, ela se sentiu à vontade para debater os assuntos. Com Rosângela, o que propiciou essa abertura foi o diálogo sobre o tema no qual ela é especialista, o aborto.

Além disso, há de se considerar o interesse do grupo em divulgar suas ações. A mídia, como veremos no capítulo 2, é um importante instrumento utilizado em seu trabalho, sendo assim necessária a abertura do grupo para entrevistas e pesquisas. Logo após as entrevistas já pude perceber que as mesmas não seriam suficientes para compreender o grupo. Dessa forma, e pensando em alternativas para isso, cheguei à etnografia multisituada.

Após as entrevistas, a troca de e-mails com Regina Jurkewikz continuou, principalmente pelo fato de alguns dados terem sido perdidos devido a problemas no aparelho de gravação. Até o momento de finalização da

dissertação, não consegui recuperar alguns deles, o que, infelizmente, teve reflexos em algumas questões a serem discutidas no texto.

Ainda durante as entrevistas, pude ter contato com diversos materiais produzidos e/ou impressos pelo grupo, tratando principalmente de temas como o aborto, direitos humanos e sexualidade. As cartilhas e livros trazem o selo “Católicas pelo Direito de Decidir” e com isso seus conteúdos mostram-se excelentes materiais para análise do discurso do grupo acerca das temáticas, assim como a argumentação usada para conciliar esses temas com o catolicismo.

Esses materiais foram-me pistas assim que começamos a conversar sobre a pesquisa, mostrando a importância que têm para o grupo. Regina insistiu no fato de que muitos deles poderiam me ajudar “Pode levar um de cada” – falou ao final da entrevista. Saí da sede com cerca de 12 exemplares em mãos. Ao olhar com mais atenção os materiais pude perceber como a questão do aborto era priorizada dentro do grupo. Dentre os doze materiais impressos, que incluíam livros e cartilhas, oito deles eram exclusivos ou abordavam a temática. Dessa forma, outra técnica utilizada no trabalho de campo foi a análise de materiais impressos produzidos pelo grupo sobre a temática.

O tema aparecia de diversas formas, com linguagens diferentes. Desde textos mais acessíveis, como cartilhas e fotonovela, com grande apelo visual, até aqueles que discutiam o tema através de conceitos filosóficos e teológicos, trazendo visões de pensadores e, principalmente, pensadoras da área. Além desse tema, os materiais impressos também falavam sobre violência contra as mulheres, sexualidade e fundamentalismos religiosos.

O tema aborto foi escolhido para análise também por aparecer constantemente nas falas do CDD, constituindo-se atualmente como um dos principais assuntos trabalhados pelo grupo. Além disso, a abundância de materiais acerca do tema e a entrevista com Rosângela Talib, o principal nome do CDD relativo ao tema, me convenceram da importância do mesmo na constituição do Católicas e um de seus princípios mais defendidos: o livre arbítrio.

A questão será analisada a partir de três materiais produzidos pelo Católicas e através de entrevistas concedidas pelas integrantes do grupo para

meios de comunicação. Tanto os materiais quanto as entrevistas mostram de que forma se dá na prática essa interlocução com a população e quais as estratégias usadas pelo Católicas para argumentar acerca dessa temática que gera contradições até mesmo em quem se declara não religioso.

O método usado para a análise dos materiais impressos foi a análise de conteúdo, aliada a textos que pudessem iluminar os pontos explorados. Além disso, tentou-se analisar iconograficamente as imagens utilizadas, a fim de perceber os sentidos de sua utilização e a quem foram dirigidas. Quanto às entrevistas em meios de comunicação, tentou-se perceber de que forma a temática do aborto é abordada nos meios de comunicação por diferentes integrantes do grupo, inclusive com o intuito de analisar se o discurso se mantém o mesmo.

Para Laurence Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Apesar do tema escolhido para a análise ser o aborto, os materiais impressos utilizam-se de diferentes estratégias para abordá-lo, considerando o público a quem é dirigido e os objetivos da mensagem. Tentou-se apreender essas circunstâncias dentro dessa análise.

A escolha desse método tem a ver com a necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão dos significados e da necessidade de revelar as relações que se estabelecem além do que é escrito. Assim, pretende-se perceber o intuito por trás dessas mensagens e a intenção delas, mesmo que apenas subentendidas. Como ressalta Bardin (1977):

A tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros «significados» de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. (1977, p, 41)

Assim, a escolha desse método diz respeito à necessidade de compreender o que esses materiais e discursos midiáticos revelam acerca do

grupo, seus posicionamentos e intenções. Seguindo os preceitos de Bardin (1977), a análise dos materiais tentou responder principalmente a duas questões: o que é que conduziu a um determinado enunciado? E quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Tentando assim abordar as causas e os efeitos das mensagens.

Segundo Maria Cecília Minayo (1998 apud De Souza Júnior, 2010), diferentes são os tipos de análise de conteúdo. A análise categorial temática se propõe a "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado utilizando-a de forma mais interpretativa, em lugar de realizar inferências estatísticas". Essa foi a análise priorizada no presente trabalho.

A justaposição dos campos permitiu que se observasse com mais profundidade os discursos do grupo, que tanto dizem sobre a constituição do mesmo. As entrevistas serviram como base para a construção de um histórico da ONG, enquanto a página na internet e os materiais de campanha analisados mostraram como funciona esse discurso na prática e na interlocução com outros grupos, feministas, de mídia, saúde, dentre outros.

Admito as possíveis falhas que esse percurso trouxe, como o fato de explorar diversos campos e não atingir a profundidade ideal em cada um. Assim como o fato de ter usado-os como complementares a fim de corrigir erros/esquecimentos. Entretanto, mesmo sabendo que o resultado poderia ter sido diferente e mais perto do que desejaria, acredito que as reflexões aqui propiciaram um crescimento meu enquanto profissional e realizaram ponderações interessantes sobre esse complexo cenário, que serão demonstradas ao longo dos capítulos.

O CDD defende abertamente pautas como a descriminalização e legalização do aborto e a livre sexualidade da mulher, ao mesmo tempo em que se coloca abertamente como Católica, usando em sua argumentação um discurso embasado no cristianismo. A análise desse discurso pode ajudar a compreender as discussões sobre feminismo e catolicismo, mostrando de que forma o discurso teológico pode ser construído em prol da igualdade de gênero.

Ademais, considero importante deixar claro o conceito de gênero considerado no presente trabalho, já que as relações de gênero perpassam

todo o estudo. Miriam Grossi (2004), com primazia, faz um apanhado dos principais argumentos utilizados pelas diferentes correntes teóricas dentro da tradição dos estudos de gênero. Trago aqui algumas das principais ideias defendidas por elas, que podem iluminar a opção utilizada no presente trabalho.

Segundo a corrente pós-estruturalista, o gênero é constituído pela linguagem, pelo discurso. Joan Scott aparece aqui como uma das principais autoras ao defender que tudo que vivemos é permeado pelo discurso, sendo assim, ele é um instrumento de orientação do mundo. O discurso, para as pós-estruturalistas vai além das palavras, abrangendo os atos, que produzem significados para quem os realiza e para aqueles que os recebem.

A corrente estruturalista entende o gênero a partir dos corpos biológicos. Para elas, o gênero implica no reconhecimento das diferenças, e essas diferenças são dadas a partir dos corpos sexuais. Para essa corrente, só existe o feminino em contraposição ao masculino, dessa forma, não há uma abertura para além de dois gêneros.

As pós-modernas vão divergir fortemente nesse ponto, ao trazer uma concepção mutável de gênero. Para elas, podem existir uma variedade de gêneros e as diferenciações biológicas podem ser alteradas com as novas tecnologias médicas. Além disso, autoras como Judith Butler, colocam em xeque a própria noção do biológico como algo inato, ao problematizar que a leitura feita sobre os corpos também é uma construção advinda da cultura.

Apesar de não me aliar a nenhuma delas no geral, e considerar que todas trazem elementos importantes para a compreensão do gênero enquanto uma categoria analítica, utilizo no presente trabalho as ideias da corrente pós-estruturalista, partindo da autora Joan Scott, por considerar que elas melhor se adaptam ao objeto em questão.

Joan Scott em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” faz um histórico dos usos do conceito gênero, passando por aquele que ela considera meramente descritivo, que não vai muito além de se por o olhar nas questões envolvendo homens e mulheres, até chegar naquele que considera fundamental para se discutir as questões históricas, o uso do gênero como uma categoria analítica.

Em seu uso descritivo gênero é um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. Constitui-se como um novo campo de pesquisas históricas, mas não tem força analítica suficiente para interrogar e alterar os paradigmas históricos existentes. A reação a esses estudos varia entre o reconhecimento de uma história das mulheres separada da dos homens, colocando-a em um domínio separado, ou um interesse mínimo, mas que ainda não consegue conectar as experiências das mulheres ao todo histórico.

A autora defende que utilizar o conceito de gênero em uma perspectiva analítica é um desafio teórico. Isso exige ir além de uma análise das experiências masculinas e femininas no passado, mas realizar um esforço em ligar a história do passado às práticas históricas atuais. Para isso é preciso se perguntar como o gênero funciona nas relações sociais humanas e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico.

A definição de gênero para Scott tem como núcleo básico duas proposições, o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e como uma forma primeira de significar as relações de poder. Sobre a primeira proposição, a autora ainda traz uma série de elementos que ajudam a justificar e construir essas relações baseadas nos fenótipos.

Os símbolos culturais irão evocar representações acerca dos sexos e os conceitos normativos, colocando em evidências as interpretações desses símbolos, irão funcionar como delimitadores do masculino e feminino. Esses conceitos, segundo a autora, são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e ajudam a reforçar uma oposição binária que irá afirmar de forma categórica os sentidos do masculino e feminino.

No presente trabalho, nos deparamos com uma narrativa religiosa que também trará uma série de símbolos buscando ratificar os discursos acerca do feminino e masculino. Desde Eva, carregando todo o pecado original em seus ombros, até Maria, exemplo de virtude, temos modelos de mulheres que representam qualidades vistas como próprias e/ou desejáveis para o feminino. O grupo aqui estudado e a Teologia Feminista, como veremos mais a frente, buscará desnaturalizar esse discursos, através da busca de outros modelos possíveis, negando esse binarismo. Algo visto como essencial por Scott.

Para a autora, o objetivo da pesquisa histórica deve ser justamente o de acabar com a noção de fixidade, da representação binária dos gêneros. E para isso é fundamental incluir a noção do político nessas análises, já que as estruturas hierárquicas irão se basear em “em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”.

Sobre os acordos éticos firmados com o grupo para a presente pesquisa, considere, desde o início, as histórias das fundadoras do grupo como um ponto fundamental na compreensão das práticas do CDD. Dessa forma, elas serão apresentadas com seus nomes reais. Antes das entrevistas, as integrantes do grupo que participaram foram questionadas acerca da divulgação dos dados coletados. Ambas as entrevistadas concordaram com a divulgação do material e a autorização foi gravada.

Além disso, a proposta de trabalho já havia sido encaminhada por e-mail no início das conversas e desde o primeiro contato houve a colaboração do grupo na coleta dos dados necessários para a pesquisa. Essa colaboração deve-se, em parte, ao interesse que o grupo tem em divulgar seu trabalho em todos os meios e na sua própria trajetória de estímulo a trabalhos acadêmicos que possam abordar as temáticas concernentes ao CDD.

Parto aqui do pressuposto de que não há uma total neutralidade no trabalho de campo. Admitir que ela não existe é afirmar que todo trabalho representa um ponto de vista sobre os fenômenos sociais. A própria escolha do objeto parte de minha trajetória de vida. Como nos atesta Gerda Lerner (1990) fazemos as perguntas que queremos que sejam respondidas. É importante que saibamos que as respostas a elas não precisam ser as que queremos ouvir.

2. CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR: VOZES FEMINISTAS DENTRO DO CATOLICISMO

O Católicas pelo Direito de Decidir surge em um contexto de efervescência das discussões acerca de direitos reprodutivos e sexualidade, propiciadas pelas conferências realizadas pela ONU no período. Aliados a isso, os cursos ministrados pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP), assim como a criação de uma disciplina feminista no Instituto Metodista de Ensino Superior (IMES) e a criação do Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina (NETMAL) foram fundamentais para o surgimento do grupo nesse período, propiciando que mulheres com ideias distintas acerca do pregado pela Igreja Católica em relação a esses temas se encontrassem.

Foi em grande parte a percepção dentro do CESEEP da falta de diálogo sobre as mulheres que surgiu a ideia do Católicas, tomando como exemplo o já conhecido grupo dos EUA. O debate sobre o direito ao aborto vem à tona e a Igreja Católica acaba perdendo lideranças femininas que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), já que muitas agora querem garantir não só a luta contra as injustiças sociais, mas também pela sua autonomia individual.

A Igreja Católica aliou-se, em partes, ao movimento feminista durante a Ditadura Civil-Militar. Segundo Cíntia Sarti (1998), embora vários fatores tenham contribuído para o reavivamento do feminismo no Brasil dos anos 70, ele irá surgir como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar. Com a redemocratização temos o afastamento dessas duas instâncias, seja pelo fim do “inimigo comum” ou pelas pautas cada vez mais defendidas pelo movimento feminista em relação aos direitos reprodutivos e a moral sexual das mulheres.

O Católicas, como é conhecida a ONG, surge, então, da necessidade enxergada por essas mulheres de discutir o feminismo dentro da Igreja Católica, sem o rompimento com a religião. Enquanto a maioria dos grupos feministas vê qualquer tipo de religião como um obstáculo a suas pautas, o

Católicas enxerga a possibilidade da religião como um meio de empoderamento.

Em um primeiro momento, o grupo formado por essas mulheres tinha caráter ecumênico. Maria José Rosado Nunes, ou Zeca, como prefere ser chamada, uma das fundadoras da ONG e atual coordenadora executiva de CDD no Brasil, aborda, em entrevista a Francine Brites (2014), esse momento:

A composição de “Católicas” se deu de forma mais ecumênica e menos católica, pautada a partir da experiência da Igreja da Libertação na década de 1970 e início dos anos 1980, tendo como base as premissas de ecumenismo herdadas após o Concílio Vaticano II. Com base nessa experiência dentro dos movimentos sociais, da Teologia da Libertação e dos feminismos, Zeca conta que o espírito que as envolvia naquele período possuía uma afinação de identificação mais como cristãs e ecumênicas do que como católicas em si. Por razões diversas, houve uma dispersão que ocorreu naturalmente com as pessoas seguindo seus caminhos profissionais e algumas das mulheres de outras denominações religiosas deixaram a composição de CDD, restando, coincidentemente, apenas mulheres do campo católico. Conforme descreve Zeca, isso não significa compreender somente “católicas praticantes” no sentido do formalismo da tradição e dos ritos tais quais propõe a oficialidade, mas afirmar que todas possuíam um histórico pessoal ou familiar com o catolicismo e com os sacramentos católicos.

Zeca ainda ressalta nessa entrevista que a união de forças entre algumas mulheres católicas, que divergiam do que a Igreja Católica falava acerca das mulheres, e feministas possibilitou o surgimento do grupo, levando em conta que, em um âmbito geral, as relações entre o feminismo e a Igreja se davam de forma negativa. A opção por se autodenominarem “Católicas” mostra como desde a sua concepção, o grupo tem como premissa ser um contraponto ao discurso oficial da Igreja, buscando defender “o direito de decidir” das mulheres. Ou seja, sua autonomia diante das escolhas da vida.

Maria José Rosado Nunes é Doutora em Sociologia pela École de Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 2005, foi indicada pela Associação Mil Mulheres pela Paz, juntamente com outras 51 brasileiras, para receber coletivamente o prêmio Nobel da Paz. Como ex-freira, sua ligação com a Igreja sempre foi estreita, tendo participado depois das pastorais populares onde a ideia do CDD começa a ser pensada. Além dela, há outras três coordenadoras executivas no grupo, Regina Soares Jurkewicz, Rosângela Taulib e Yuri Puello Orozco.

Regina é integrante da equipe de coordenação do CDD e coordenadora de projetos. Assistente Social, Mestre e Doutora em Ciências da Religião, é professora da Universidade de Guarulhos, no Curso de Serviço Social. Paulista, 59 anos, casada e mãe de dois filhos, foi educada dentro dos preceitos católicos desde cedo. Começou em sua juventude a participar das pastorais da Igreja Católica e foi no CESEEP que encontrou outras mulheres que a fizeram refletir sobre o papel das mesmas na instituição.

Rosângela Talib é a coordenadora executiva do grupo. É psicóloga e Mestre em Ciências da Religião. Casada, mãe de duas mulheres, Rosângela se juntou ao grupo já formado, depois de ser aluna de Maria José Rosado Nunes. Ao contrário da professora e de Regina, ela não participou nas pastorais da Igreja. Sua militância deu-se no movimento estudantil. Sendo a única coordenadora com formação na área da saúde, Rosângela trabalha com os assuntos voltados a saúde pública e, mais especificamente, com a questão do aborto, tão priorizada dentro do grupo.

Yury Puello Orozco, colombiana, é a Co-coordenadora da Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho a Decidir. Teóloga, Mestre e Doutora em Ciências da Religião pela PUC-SP coordena o projeto “Diálogos Inter-Religiosos no Brasil sobre a violência contra as Mulheres”. É de sua autoria o livro “Mulheres, AIDS e Religião” e a organização do livro "Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres" pelo CDD.

Tabela: Coordenadoras do CDD

Maria José Rosado Nunes	Doutora em Sociologia pela École de Hautes Études en Sciences Sociales	Presidenta do Católicas
Yury Puello Orozco	Teóloga e Doutora em Ciências da Religião (PUC-SP)	Coordenadora de Projetos e Co-coordenadora da Red Latinoamericana de Católicas por El Derecho a Decidir
Regina Soares Jurkewicz	Doutora em Ciências da Religião(PUC-SP)	Coordenadora de Projetos
Rosângela Aparecida Talib	Mestra em Ciências da Religião(UMESP)	Coordenadora Executiva

Fonte: Elaborada pela autora

Além das coordenadoras, o CDD conta com outros e outras integrantes, como os multiplicadores e multiplicadoras, pessoas treinadas para falar em nome CDD em outras cidades/estados. Também há um grupo de pessoas que compõem a Assembleia dos sócias e sócios do CDD, que se reúne anualmente e a quem a ONG presta contas. Entre os associados estão membros do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e da diretoria. Apesar de perder as integrantes iniciais de outros credos, o grupo tenta manter a proposta ecumênica através de reuniões e aconselhamentos de pessoas de outras crenças ou afastadas da religião.

Após a reformulação de seu site, em 2015, a aba “Equipe” que trazia as quatro coordenadoras acima citadas com uma foto e pequena biografia, passou a contar com mais 16 nomes, genericamente chamados de membros permanentes. São eles:

Beto de Jesus - Secretário da ILGA-LAC (Assoc. Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexo para América Latina e Caribe). Secretário Internacional da ABGLT (Assoc. Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Consultor do Depto de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e da Txai Consultoria.

Christian de Paul de Barchifontaine - Enfermeiro, Mestre em Administração Hospitalar e da Saúde, Doutor em Enfermagem pela Universidade Católica Portuguesa (UCP). Docente no Mestrado e no Doutorado em Bioética do Centro Universitário São Camilo. Presidente da Sociedade de Bioética de São Paulo e Relações Públicas das Organizações Camilianas – Brasil.

Debora Diniz - Professora da UnB e pesquisadora da Anis.

Fátima Jordão - Diretora da empresa de pesquisa e assessoria Fato, Pesquisa e Jornalismo. Conselheira do Instituto Patrícia Galvão. Conselheira do CONAR – Conselho de Nacional Auto Regulamentação Publicitária.

Ivone Gebara - Escritora, Teóloga Feminista, Professora de Filosofia e Teologia atuando em diferentes grupos e instituições.

José Henrique Rodrigues Torres - Juiz de Direito – Titular da 1ª Vara do Júri – Comarca de Campinas/SP.

Josefa Buendia Gómez - Socióloga, membro da diretoria de Católicas pelo Direito de Decidir. Professora da Faculdade Sumaré.

Juliana Garcia Belloque - Defensora Pública do Estado de São Paulo. Mestre e Doutora em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo. Professora universitária.

Luiz Augusto de Mattos - Professor universitário, Assessor de grupos sociais, vida religiosa. Área de pesquisa: ética teológica.

Maria José de Oliveira Araújo - Pediatra especialista em saúde da mulher. Responsável pela Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DHESCA (Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Coordenadora de rede Médica pelo Direito de Decidir/GDC Brasil.

Myriam Aldana - Socióloga, membro da diretoria de Católicas pelo Direito de Decidir. Professora Universitária e Coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó- Unichapeco.

Norma Jorge Kyriakos - Advogada (Faculdade de Direito da USP),

Sandra Unbenhaum - Socióloga, Doutora em Educação (PUC/SP) e pesquisadora no campo dos estudos de gênero e educação, e direitos humanos. Integrou durante 15 anos a ONG ECOS-Comunicação em Sexualidade.

Sérgio Ricardo Arcas de Abreu - Gestor público na área de Economia Solidária, Professor de Teologia e Pós-graduando pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto-MG).

Silvia Pimentel - Expert do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres da ONU – Comitê CEDAW; Co-fundadora do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – CLADEM; Professora doutora de Filosofia do Direito, da PUC-SP.

Vera Vieira - Diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz e coordenadora-executiva da Rede Mulher de Educação, é jornalista, com doutorado em Comunicação/Feminismo pela USP/ECA.

Fica visível, analisando a pequena biografia disponível desses e dessas integrantes permanentes, a amplitude de áreas das quais eles e elas fazem parte. O que condiz com a extensão das ações do CDD, voltadas para diferentes públicos e temáticas. A lista conta com Ivone Gebara, referência em Teologia Feminista, além de outras e outros pesquisadores da área de gênero e religião. Além de trazer especialistas em outras áreas, como criminal e da saúde.

O Católicas trabalha em várias frentes, buscando a promoção dos direitos humanos, tanto na sociedade quando no interior da Igreja, partindo do pressuposto de que a religião tem uma forte influência em nosso país, e mesmo aqueles e aquelas que não se declaram religiosos têm suas vidas afetadas por ela, seja através de discursos ou por ações políticas.

A ONG tem como objetivo tornar conhecida outra forma de compreender a religião. Para isso, trabalha em constante diálogo com outras igrejas a fim de combater a violência contra as mulheres, em ações pela defesa da laicidade do Estado e através do uso da mídia para tornar conhecidos seus argumentos.

O diálogo com o Congresso Nacional se faz presente visando a implementação de políticas públicas em favor dos direitos humanos, além da articulação com movimentos sociais. São vários os recursos usados pelo grupo para dar visibilidade a suas ações. A promoção e participação de diversos eventos focados nos direitos das mulheres e demais públicos, como o LGBT, é

uma delas. A produção acadêmica também é valorizada, através do incentivo e divulgação do desenvolvimento de pesquisas, artigos, editoriais e publicações para melhor disseminar as ideias do grupo e contribuir com os movimentos pelos direitos humanos no Brasil.

A prestação de serviços por meio de contratos, com a elaboração e implementação de projetos de instituições públicas ou privadas, também faz parte das ações da organização. A produção e publicação de materiais que possam dar suporte a esses eventos e projetos também é uma preocupação da ONG. Fica a cargo da equipe executiva, com o auxílio de colaboradores e colaboradoras a elaboração, tradução e publicação de textos, cartilhas, revistas, livros, materiais de áudio e vídeo.

As publicações são pagas através de arrecadações, principalmente pela disputa de editais de apoio e/ou financiamentos de organizações internacionais, como a Fundação MacArthur, Fundação Ford e Catholics for Free Choice, por exemplo, setores empresariais e governamentais (Ex: Ministério da Saúde, SUS, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SEPM).

De acordo com Brites (2014), com base no regimento do grupo, CDD visa como “público-alvo” a sociedade brasileira como um todo, tendo como foco ações que contribuam para a “equidade de gênero” e na construção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos. Entretanto, para isso, a organização busca de forma estratégica um público localizado, tais como profissionais das áreas de Saúde e Educação, Direito, estudantes universitárias/os, gestores e gestoras públicos, jovens, movimentos e lideranças religiosas diversas. Ainda assim, segundo a autora, a instituição aponta como maior beneficiário de suas ações as mulheres brasileiras, especialmente as mulheres “jovens, pobres e negras”. Um recorte ético-racial e geracional que ajuda a compreender o foco de algumas de suas campanhas e ações, como a voltada ao aborto.

Ao compreender que a Igreja Católica oferece à sociedade um discurso condenatório do exercício sexual livre e autônomo, e que isso não corresponde à realidade vivida pelos fiéis, já que a prática da sexualidade antes do casamento, o uso do preservativo, o aborto, estão presentes na vida de muitas pessoas que se autodeclaram Católicas, o grupo busca uma alternativa que parta de dentro da religião Católica. Dessa forma, a autodeclaração do grupo

enquanto católico é de suma importância para compreendermos seus discursos e suas práticas.

O grupo propõe articular as ideias do feminismo com o cristianismo, através da argumentação teológica, e que encare a sexualidade como algo positivo, sem a culpa e o pecado que são inculcados ao tema pela religião Católica. Para isso, a compreensão dos discursos dentro do contexto histórico-social no qual foram produzidos se faz extremamente necessário, assim como o conhecimento acerca das mudanças pelas quais a Igreja Católica passou desde sua fundação.

Assim, abre-se caminho para a percepção de que as mudanças sociais também devem atingir a Igreja, tendo abertura para a entrada de novas pautas, mesmo as que colocam em xeque ideias a muito defendidas, afinal, elas também podem ser alterados.

2.1. “Entre Catolicismo e Revolução, não há contradição!”: O Católicas por suas integrantes

Busco, a partir daqui, apresentar o CDD através do relato de suas integrantes, da análise de seus materiais e entrevistas concedidas à mídia. Dessa forma, pretendo compreender de que forma a ONG consegue conciliar, em seus discursos, posturas feministas e católicas. Nesse primeiro momento, foco em duas integrantes: Regina Soares Jurkewicz e Rosângela Talib, coordenadoras executivas da organização, as quais entrevistei.

Figura 1 - Rosângela Talib e Regina Jurkewicz. na sede do CDD em São Paulo



Fonte: Elaborada pela autora

Em maio de 2014, encontrei-me com Regina Jurkewicz e Rosângela Talib, na sede do grupo, na cidade de São Paulo. Fui determinada a entrevistar as integrantes do grupo para conhecer um pouco mais de sua história, assim como as histórias de vida dessas mulheres e o que as levou a fundação do CDD.

Não muito longe da Basílica Nossa Senhora do Carmo, na rua Martiniano de Carvalho, na movimentada cidade de São Paulo, se encontra a sede do Católicas. A casa, de número 11, não se diferencia de nenhuma outra do residencial. Rosa com as janelas brancas e uma sacada repleta de folhagens, não há nada que a identifique como um escritório. A sede só foi conseguida em 2010, através de recursos da Fundação Ford, advindos de um projeto. E é através de projetos que a ONG realiza suas publicações e paga seus funcionários. Além de alguns recursos pessoais das membras para auxiliar nos gastos.

Atrás da recepção, um corredor dá acesso à cozinha e ao “puxadinho”, local construído para servir como um arquivo do grupo. Ainda no primeiro andar, há a sala de reuniões, na qual fiz as entrevistas e a sala na qual trabalham as responsáveis pela comunicação. O segundo andar conta com um cômodo administrativo e duas salas de reuniões, mais privativas que a do primeiro andar.

A simplicidade marca o tom do local. Na recepção, apenas o necessário: estantes para os livros e uma mesa de recepção para atendimento ao público. Os andares superiores não fogem à regra, mesas simples de madeira e alguns armários para guardar documentos. Dependendo da mesa, podemos ver alguns objetos pessoais, esculturas em barro, vasos e lembranças de viagens realizadas pela integrante dona do móvel. Na sala da comunicação, o único diferencial é a maior presença de aparelhos eletrônicos, necessários para o trabalho das profissionais. Em todos os espaços externos, plantas enfeitam o ambiente.

Chegando na casa, fui atendida por Luiz, secretário na ONG. Enquanto aguardo a chegada de Regina, que ainda não se encontrava, Luiz pergunta sobre meu projeto e me indica alguns livros que estão na estante, logo na entrada do cômodo onde vejo que, além de obras reconhecidas na área da Teologia Feminista, há vários títulos com o selo do grupo.

Além dele, duas jovens mulheres, Raquel e Luíza, trabalham na sede. Elas são responsáveis pela comunicação do grupo, desde a criação dos materiais de campanha até a atualização das redes sociais e sites.

Enquanto espero a chegada de Regina, Rosângela, Coordenadora Executiva do CDD, e Luiz me fazem companhia. Ela se retira para atender um telefonema de um meio de comunicação sobre a temática do aborto. Por ser a única do grupo com experiência em saúde pública, ela é uma das que mais fala sobre o tema, apesar de todas terem conhecimento acerca dele.

Sentada em uma cadeira, aguardando minha entrevistada, espio pela porta de entrada, aberta. Lá fora, me espiando de volta, um belo gato preto. Não há como não perceber a irônica graça da situação. Um gato preto, outrora ligado à bruxaria e a superstições em uma organização criticada por muitos devido a suas opiniões que contrariam o que é pregado pela oficialidade católica em termos de sexualidade e gênero.

Quando Regina chega, um tempo depois, me leva a uma sala de reuniões com uma ampla mesa e estantes repletas de livros. O fato de todas as integrantes do grupo terem uma vida acadêmica faz com que os livros estejam por toda a parte. Mesmo querendo entrevistar as duas ao mesmo tempo, vejo que isso seria meio difícil, já que enquanto começo a falar com Regina, Rosângela já se encarrega de atender outras pessoas por telefone.

Chama-me a atenção, em especial, um objeto em uma das estantes: um crucifixo, que no tradicional lugar da representação de Jesus traz uma mulher, negra e grávida. Presente ganhado de uma organização de mulheres da América Latina, o objeto representa muito dos ideais do Católicas. O que para uma grande parte dos fiéis poderia soar como um sacrilégio, para elas representa todo o peso histórico que cai em cima das mulheres, sua culpabilização por uma gravidez indesejada e sua negação do direito ao próprio corpo.

Figura 2 - Crucifixo feminista na sede do CDD.



Fonte: Site Católicas pelo Direito de Decidir (<http://www.catolicasonline.org.br/>)

Regina é integrante da equipe de coordenação do CDD e coordenadora de projetos. Assistente Social, Mestre e Doutora em Ciências da Religião, é professora Universidade de Guarulhos, no Curso de Serviço Social. Sua facilidade em lidar com pessoas é notória. Simpática e simples, parece satisfeita em falar sobre o grupo.

Converso com Regina por cerca de uma hora. O fato de me colocar, desde o princípio, como feminista, facilita nosso diálogo. Como fundadora do grupo, ela me fala sobre o que levou à fundação do mesmo, sobre as atividades e os pensamentos sobre temas polêmicos, como o aborto. Interessada em minha pesquisa, tenta me ajudar, indicando leituras, como a da própria Ivone Gebara e me oferecendo materiais com o selo do CDD “Vou te arranjar um de cada” – diz, solícita.

Ela lembra que eram cerca de dez mulheres que problematizaram a criação do grupo, tomando como exemplo o já conhecido grupo dos EUA. Também as reflexões de Ivone Gebara, um dos maiores expoentes do Brasil acerca da Teologia Feminista, e sua participação em evento no CESEEP, inspiraram a reflexão sobre o papel da mulher dentro da Igreja.

Católicas surge no seio do movimento de mulheres e nasce como uma necessidade para confrontar os discursos religiosos reacionários. Nasce nos anos 90, quando ocorreram as conferências da ONU, nas quais Católicas levou sua mensagem e no contexto da Igreja do Brasil, a teologia da libertação perdia força. Apoiamos a Teologia da Libertação no que se refere à luta pela justiça social, mas não deixávamos de denunciar que essa mesma teologia não estava atenta à vida das mulheres e as injustiças que as atingiam.

Havia um contexto de retomada do movimento feminista, com a volta de muitas mulheres que foram exiladas. Essas mulheres tomaram contato com o movimento Catholics for Choice por meio de uma publicação que saía em espanhol, chamada Conciencia Latinoamericana. A partir daí, começaram as discussões acerca da necessidade de ter no país uma voz que fosse pública e contraposta à voz oficial da Igreja Católica. Dessa forma, segundo a integrante do grupo, ele nasceu como uma resposta ao apelo de muitas mulheres que, cristãs ou não, deparavam com as consequências, em suas vidas e em seus corpos, das posições conservadoras da Igreja Católica.

Para Regina, “Entre Catolicismo e Revolução, não há contradição!”. A frase, proferida por um guerrilheiro da revolução nicaraguense, é a sua resposta à minha pergunta sobre possíveis contradições entre catolicismo e feminismo. Para ela, assim como para o Católicas, entre feminismo e religião não deveria haver estranhamento, pois ambos deveriam lutar pela igualdade.

Essa fala de Regina nos remete a momentos históricos nos quais a Igreja Católica foi aliada de processos de enfrentamento à ordem dominante, como no período da ditadura civil-militar, principalmente após a década de 1970. O advento da Teologia da Libertação, assim como as CEBs, com seu foco no sujeito e em suas ações na sociedade mostram como o catolicismo pode exercer um papel de confronto, de revolução, como declara Regina, na busca de igualdade social. Segundo Regina:

Ser Católicas e ao mesmo tempo ser feministas para nós, significa uma demonstração que essas duas propostas podem não ser

divergentes, ou seja é possível ser católica e feminista. Para isso buscamos no próprio pensamento teológico do catolicismo argumentos que defendem a emancipação das mulheres, igualdade de gênero e uma visão positiva da sexualidade. Entendemos que onde há dúvida deve haver liberdade, portanto buscamos perspectivas éticas que legitimam as decisões das mulheres sobretudo no campo da sexualidade e da vida reprodutiva. Participamos com o movimento de mulheres das iniciativas de luta contra os fundamentalismos e a imposição de pensamentos machistas. Somos parte de redes de mulheres tanto no Brasil como no âmbito latino-americano.

E é através da datação e releitura de textos religiosos à luz de uma visão feminista, assim como da discussão de pautas relativas à mulher dentro da Igreja, criticando a hierarquia e a falta de espaço para as mulheres dentro da instituição, que o discurso do Católicas se constitui. Para Regina, se passagens da bíblia justificam a opressão, há também aquelas que mostram a importância das mulheres.

Para isso, explica Regina, a influência da Teologia feminista no pensamento de CDD é grande, sobretudo através dos diálogos e seminários com Ivone Gebara (membro do Conselho Consultivo de CDD), leituras e assessorias de Rosemary Routhier e Elizabeth Fiorenza. Também as inspiram escritos de teólogas protestantes, como Nancy Cardoso e Haidi Jarschel.

Essa união entre o catolicismo e a Igreja Católica, exposta em uma militância em meios de comunicação, universidades e mídias sociais, faz com que o grupo seja acusado de não ser católico, fato percebido em comentários de seus vídeos e redes sociais. Questionada sobre essas críticas, Regina acha graça e argumenta que ser católica é algo individual e subjetivo “eu sei que sou católica e ninguém pode me tirar isso” – declara.

Questionada quanto à estrutura da ONG, ela explica que na sede trabalham quatro pessoas da coordenação da equipe, duas da administração, duas da comunicação e uma assistente de projetos. A maioria das pessoas trabalha meio período, pois há dificuldades para manter os salários. Há algumas voluntárias que vão ao escritório para ajudar a fazer traduções, organizar a biblioteca, trabalhar com editais de busca de fundos. Além disso, em São Paulo, existe um grupo fixo de sete multiplicadoras formadas para fazer assessorias, participar de debates, enfim, representar Católicas em diferentes espaços.

O projeto de multiplicadores e multiplicadoras serve para formar pessoas, principalmente em regiões afastadas da sede, a representarem o CDD em eventos. Por todo o Brasil temos presença desses grupos em 14 estados do norte, Nordeste e Centro Oeste e sete estados do Sul e Sudeste. De acordo com Regina o CDD funciona, como um movimento, como uma corrente de pensamento que se divulga pelo país.

Rosângela Talib é a outra coordenadora executiva do grupo que entrevisto na ocasião. Ela é psicóloga e Mestre em Ciências da Religião. Rosângela se juntou ao grupo já formado, depois de ser aluna de Maria José Rosado Nunes. Ao contrário da professora e de Regina, ela não participou nas pastorais da Igreja. Sua militância deu-se no movimento estudantil.

Sua vivência em meio à área da saúde a faz afirmar acerca da necessidade de se repensar as ideias de que a prevenção da gravidez é algo conhecido por todas as mulheres. Conta que já passou por situações de usos errados e total falta de conhecimento acerca dos métodos contraceptivos. Regina defende que a falta de informação sobre os métodos contraceptivos e pelo direito das mulheres ao aborto nos casos em que é permitido, como anencefalia do feto e estupro, é um problema presente e que deve ser resolvido para que as mulheres tenham todos os dados disponíveis para ajudar nas suas decisões.

Sobre a “punição divina” da prática do aborto, recorre ao argumento da autonomia e da consciência individual de cada pessoa, reconhecido pela Igreja Católica, principalmente a partir do Concílio Vaticano II. Defende não haver importância em discutir a questão da existência ou não de um julgamento divino para o ato, mas da mulher estar bem consigo mesma com essa decisão:

Nós do Católicas defendemos a possibilidade das mulheres realizarem um aborto. E porque defendemos? Em primeiro lugar por uma questão de saúde, de saúde pública e saúde dessas mulheres. Também por uma questão de justiça social. As mulheres têm o direito de decidirem sobre a sua maternidade, têm o direito de decidir quando e quantos filhos vão ter na vida, se é que vão ter. A questão da maternidade é um direito da mulher decidir porque é ela que vai socialmente exercer esse papel. E porque sendo Católicas ainda assim nós defendemos? Porque acreditamos que as mulheres tenham capacidade moral e ética pra decidir sobre essa questão. E elas podem com a consciência esclarecida, informadas, decidirem livremente sobre essa questão das suas vidas e se utilizando inclusive do próprio magistério da Igreja que prevê que em uma questão moral, difícil de ser decidida, o fiel e sua consciência é que

vão estar no limite dessa decisão. Então nós afirmamos o direito de que as mulheres possam livremente com a sua consciência tomar uma decisão sobre manter ou não uma gravidez.

Temas como aborto e união homoafetiva, com sua defesa a partir de uma argumentação teológica, aparecem frequentemente em campanhas realizadas pelo grupo. Rosângela explica que todas são decididas em reuniões entre as integrantes e, algumas vezes, com a ajuda de conselheiros e conselheiras de outras religiões ou que não professam fé alguma.

Apesar das subdivisões quanto às funções, elas defendem não haver uma hierarquia dentro do grupo. Segundo Rosângela as integrantes dividem as atividades conforme as agendas e relacionando com o tema pelo qual cada uma tem mais afinidade, através de interesse ou formação na área. Nos momentos nos quais estive presente na casa, essa lógica pareceu funcionar. As falas sobre participações em eventos e o atendimento ao público foram divididos entre as duas integrantes.

Ambas as entrevistadas defendem a importância em tornar público o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, através do reconhecimento de sua autoridade em todos os âmbitos de sua vida, deixando claro que a instância última de decisão delas é a sua própria consciência.

2.2. O Católicas na Internet: Bandeiras políticas no Facebook

A leitura de uma página virtual nos apresenta inúmeras possibilidades. Em primeiro lugar temos a relação entre a leitora/pesquisadora e a interface. Aqui sou eu Julia, 25 anos, feminista, em um exercício antropológico no qual me defronto com as imagens, texto, figuras, cores tentando mostrar os sentidos provocados pelas postagens, assim como as interações desenvolvidas a partir delas através da análise dos comentários, curtidas e compartilhamentos, ferramentas próprias da rede social e que nos auxiliam a compreender a dinâmica e as práticas do grupo.

Ao acessar a página do grupo Católicas pelo Direito de Decidir na rede social Facebook, logo me deparo com fortes imagens em preto e branco. As figuras aludem à pauta do aborto legal, amplamente defendida pelo grupo. Elas mostram uma cela e a um caixão, logo me remetendo a dois dos destinos possíveis de quem aborta no país.

Figura 3 – CDD em campanha a favor da descriminalização e legalização do aborto



Fonte: Página do grupo no Facebook (<https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir>)

Ao focar meu olhar mais abaixo, vejo que o tema é um assunto recorrente nas postagens do grupo. De primeiro a trinta de outubro de 2014, foram publicados oito posts na página do Católicas. Destes, seis abordam a temática do aborto, os outros dois falam sobre laicidade do Estado através de um convite para um seminário e sobre a greve geral das mulheres, lésbicas e pessoas trans contra o patriarcado, ocorrida em 22 de outubro na Espanha.

Das postagens que abordam a temática do aborto, três fazem parte de uma campanha que traz um texto de chamada e uma imagem com dados, como a reproduzida abaixo, de um post de dois de outubro:

Texto de chamada : Além da descriminalização, ainda precisamos de um atendimento digno nos casos já permitidos por lei.



Fonte: Página do grupo no facebook

As três postagens restantes tem links anexados que levam a outro site/página, como a do dia 22 de outubro que leva a um texto escrito pela integrante do CDD Debora Diniz sobre a ilegalidade do aborto e suas consequências, presente no site institucional do grupo. Dia 27 de outubro, a página traz um texto de Françoise Girard, Presidente da Coalizão Internacional para a Saúde da Mulher, criticando as ações do país em relação aos Direitos Reprodutivos das Mulheres. Encerrando o mês, dia 30, um post traz um convite para uma Intervenção feminista no Rio de Janeiro sobre o aborto.

A problematização dos assuntos postados é realizada, no exemplo acima, através de imagens produzidas pelo grupo, links que direcionam ao site da ONG ou outros sites e blogs que trazem artigos e notícias relacionadas. O uso de hashtags, acréscimo do símbolo # antes de frases ou palavras em destaque, transformando-as em links clicáveis, também é uma estratégia presente na página. A ferramenta permite que as pessoas, ao clicarem, visualizem postagens semelhantes, que contenham as mesmas hashtags.

As postagens sobre o aborto utilizaram as seguintes hashtags: #abortolegal, #legalizeaborto, #somostodasclandestinas e #Pelavidadasmulheres. Além do foco na defesa da legalização da prática, as marcações denotam uma proximidade com o uso da palavra “somos”. Além disso, o uso de “pela vida das mulheres” corrobora com o discurso de que o problema é de saúde pública, não devendo estar sob tutela religiosa.

Voltando às imagens produzidas na campanha acerca da temática do aborto, visualizo um padrão. Todas são em preto e branco, simples, sem

imagens além do logo (excetuando-se uma), trazendo mensagens sobre o tema, principalmente dados. A fonte utilizada é simples e clara, igual em todo o texto. A cor me passa a sensação de seriedade. Tonalidades coloridas não são usadas. Assim cria-se um foco na gravidade do problema, sem distração, chama-se atenção para uma realidade pungente às mulheres. Outra característica marcante é o destaque, em cada uma dessas imagens, de algumas palavras-chave, como exemplificado nas imagens abaixo, que fazem parte da campanha:

Figuras 5 - Imagem 2 campanha aborto

Pense na sua mãe, irmã, prima, tia, sobrinha, avó, namorada, madrinha, vizinha, amiga. Pessoas que você ama.
2 delas já fizeram aborto.

Um aborto ILEGAL.

Jura que você vai chamar a polícia?

 Católicas
pelo Direito de Decidir

Figuras 6 - Imagem 3 campanha aborto

83% das mulheres que abortam são cristãs.

O aborto é sempre o último recurso.

As mulheres sabem.

Chega de hipocrisia!

 Católicas
pelo Direito de Decidir

Fonte: Página do grupo no Facebook

A primeira imagem usada traz a aproximação com a realidade da leitora ou leitor para falar sobre o tema. Ao apresentar que as mulheres que fazem o aborto podem ser próximas, tenta-se negar a existência de um outro distante e impessoal. Essa mulher, que pode ser, como indica a imagem, sua mãe, irmã, namorada, é alguém próximo, não a criminosa idealizada que deve ir para a cadeia por praticar um aborto ilegal. É essa a dúvida que o questionamento “Jura que você vai chamar a polícia?” provoca. E se a mulher que aborta tiver nome, rosto e história conhecida? Isso colocaria as coisas em outra perspectiva?

A segunda imagem destaca o fato de que a maior parte das mulheres que praticam o aborto são cristãs, trazendo em destaque a frase “Chega de Hipocrisia”. Com isso, o Católicas traz a ideia de que há uma contradição da

Igreja Católica em condenar a prática, já que suas fiéis, em sua grande maioria, são quem recorrem a ela. A imagem ainda traz a ideia de que as mulheres sabem que o aborto é sempre o último recurso, o que me parece ser uma estratégia para desmistificar a ideia de que muitos têm que, ao ser permitido, o aborto seria banalizado, utilizado como primeira escolha.

Um post interessante para visualizar a repercussão da campanha é o do dia 30 de setembro de 2014, que faz referência a uma passagem bíblica para defender a legalização e descriminalização do aborto.

Figura 7 – Imagem 4 campanha aborto



Fonte: Página do grupo no Facebook

Trazendo a popular história bíblica de Maria sendo consultada pelo anjo Gabriel antes de conceber Jesus, a imagem faz uma comparação com a situação atual das mulheres e o fato de, ainda hoje, as mulheres não poderem decidir entre manter uma gravidez ou interrompê-la, ao não terem direito ao aborto. A postagem em questão teve um alto número de curtidas, comentários e compartilhamentos, sendo, das que foram analisadas, a que teve trouxe maior número destes. Ao todo foram 2.997 curtidas, 3.841 compartilhamentos e 1.371 comentários.

Esses números, entretanto, não servem para indicar se a repercussão ao post foi negativa ou positiva, já que, além das curtidas, que normalmente

são usadas para mostrar aprovação a determinado conteúdo, compartilhamentos e comentários podem ser usados com o intuito de criticar a postagem. Os comentários realizados nas postagens são, dessa forma, uma instância que nos ajudam a acompanhar alguns dos sentidos que se estabelecem nessas interações virtuais.

Os comentários aparecem na página por ordem de curtidas. Os mais curtidos estão em destaque. Os cinco primeiros na página são todos de crítica à imagem. Apenas o 25º comentário apoia a postagem, dizendo como “a sacada”, a comparação, foi genial. Reproduzo aqui alguns desses comentários e respostas e eles, para tentar compreender como é construída a argumentação-contra argumentação aos mesmos:

Leiam Lucas capítulo 1:26-38. Receber o aviso de um anjo é diferente de ser consultada. Leiam um pouco mais a bíblia antes de usá-la como referência.

O primeiro comentários destacado recebeu 911 curtidas. Escrito por um homem, ele usa a própria bíblia, citando um versículo para tentar argumentar contra a imagem e insinuar que não houve conhecimento suficiente de quem a produziu. O comentário recebeu 48 respostas, que usam das mais diversas estratégias para apoiar ou refutar a afirmação principal. Destas, apenas 13 apoiam o post e fazem oposição ao comentário principal, sendo 6 de homens e 7 de mulheres. Do lado de quem apoia, 22 dão suporte ao comentário, indo contra a postagem. Destes, a grande maioria, 17, são homens, e 5 mulheres. O restante dos comentários, 13, não apresentam posição clara e/ou fazem comentários de assuntos externos.

Cabe ressaltar que o número de comentários não corresponde, exatamente, ao número de pessoas que participam da discussão, já que, como é comum em redes sociais, algumas pessoas fazem mais de um comentário. Destaco aqui algo que me chamou atenção, a grande parcela de homens que vão contra a postagem, muitos com comentários culpabilizadores das mulheres, como reproduzo abaixo:

Se vcs não querem engravidar e não querem se prevenir então fechem as pernas horas!!! o q vc faz do seu corpo é problema seu... mas vcs não são nada pra decidir quem vive ou que morre!!! e nem é preciso consultar religiões pra ter noção de q isso é uma

monstruosidade!!! mas se alguma de vcs já abortou faça uma favor a sociedade da próxima vez! mate-se!!!

Esses comentários, que colocam a mulher como única responsável pela gravidez e atacam a livre sexualidade feminina, são comuns na página. Os comentadores, em sua maioria homens, defendem a castidade como forma de evitar uma gravidez indesejada e, em casos extremos, como o acima, mostram como a vida dessas mulheres é vista como valendo menos que a do embrião.

Já o apoio a postagem vem principalmente com dados, como o número de mulheres que abortam por ano no Brasil e o exemplo de outros países como o Uruguai, tentando mostrar os benefícios da política de legalização, como no comentário “Gente, a imagem foi só uma alegoria. 800 MIL mulheres praticam o aborto no Brasil e muitas delas morrem. Leiam Leonardo Boff: <http://leonardoboff.wordpress.com/.../discutir-o-aborto.../>”. Comentários esses automaticamente refutados por muitos posts, que defendem que o autor recomendado, Leonardo Boff, não tem legitimidade, pois é “um excomungado”.

A estratégia mais utilizada para criticar a postagem, além do comentário analisado, é a refutação do “Católicas” enquanto grupo religioso como em: “Nossa, que mesquinha! Nojo disso! Vocês são doentes e não sabem nem o que significa catolicismo e muito menos sabem o que é ser cristão!”. O número de comentários com discurso semelhante é alto. Em oposição, até o centésimo comentário não há uma defesa aberta a postagem, considerando-se os comentários principais, não as respostas a eles. Acredito que isso se deve, em partes, a maciça presença de pessoas que pensam o contrário, o que, em determinados casos, desestimula a escrita de uma opinião diversa, por receio de uma forte oposição ou agressividade dirigida ao dono ou dona do comentário. Sendo assim, o apoio ao post se dá, principalmente, através das curtidas.

Além disso, considero importante analisar o porquê dessa alta participação no post em questão. Defendo que a repercussão negativa pode ser creditada ao fato da postagem utilizar uma história bíblica para justificar o aborto, sendo vista assim como uma afronta a muitos católicos e católicas.

A proliferação de posts com a temática no período analisado está relacionada ao 28 de setembro, Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe, entretanto, olhando as postagens antigas, percebo

que o assunto sempre foi uma pauta constante. No dia 1 de julho 2014, antes da campanha analisada anteriormente, esta publicação foi exibida na página do CDD:

Figura 8 – Imagem sobre a questão do aborto



Fonte: Página do grupo no Facebook

Nos comentários dessa imagem também é possível perceber como a principal estratégia usada para tentar deslegitimar as ideias do CDD é colocando em questão o catolicismo do grupo. Dos 14 comentários recebidos pela imagem, seis deles usam a estratégia. A principal justificativa usada por essas pessoas é a contradição em defender a prática do aborto com o discurso pró-vida defendido pela Igreja Católica. Exemplificando:

Se pensam em apoiar ou realizar atos contrários à Igreja não são Católicos, e sim Hereges.

O Brasil é oficialmente um Estado laico, como está descrito no artigo 5º da Constituição Brasileira (1988). Portanto qualquer mulher tem liberdade para Escolher sua religião, logo se auto denominar Católica e compartilhar ideias completamente contrárias ao Catolicismo é incoerente sim! Se não estão de acordo com as orientações da Igreja, tem total escolha de não se atrelar a ela.

Também aparecem comentários defendendo o grupo dessas críticas, deslegitimando a capacidade dos comentadores e comentadoras de julgarem a fé de alguém e sinalizando para a crítica a uma visão única de católico. Essa defesa vem, principalmente, em resposta a comentários que tentam deslegitimar o grupo, fazendo com que a interação se torne um debate ou, em certos casos, uma exposição de comentários com outros pontos de vista, como exemplifico abaixo, sendo o primeiro o comentário principal seguido das respostas dadas a ele:

Católicas a favor do aborto? Que incoerência é esta?

Incoerência nenhuma. Católicas pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. Ou colocar a vida em risco deve ser uma obrigação maternal? Leia, estude e depois não ataque, reflita.

Aliás, Católicas defendendo um estado laico, como está na constituição.

Católicas Direito de Decidir apenas. Católicas que são a favor do direito de ESCOLHA

O catolicismo é cheio de incoerências e contradições, as católicas desta página se colocam verdadeiramente em defesa da vida das mulheres, escolhem um lado! Parabéns!

Todos os comentários acima foram postados por mulheres. Tentando entender melhor a defesa de suas posições, entrei no perfil pessoal de duas delas, a dona do comentário original (chamada aqui de A), que acusa o grupo de incoerência, assim como a pessoa que escreveu o último comentário (chamada aqui de B), defendendo que o catolicismo é cheio de incoerência e contradições e parabenizando o grupo. Usarei como identificação para elas as letras A e B, na ordem em que aparecem.

“A” é estudante de farmácia, mora no Rio de Janeiro, aparenta ter menos de 30 anos, é casada e mãe de uma menina e de um menino. Apesar de publicar pouco e seu perfil nos últimos meses, apenas trazendo fotos de sua família, encontro em 10 de março de 2015 um post que faz referência à temática do aborto. A postagem traz uma imagem que representa Padre Pio, santo católico, segurando uma criança, com a seguinte frase em sua parte inferior “Quando vós virdes uma alma que anuncia o aborto como feito benigno sabereis que nela reina o príncipe das trevas, e sua eternidade está por hora

no livro da morte”. Dessa forma, “A” mostra-se totalmente contrária a visão defendida pelo católicas.

Em 2014, outras postagens deixam mais clara a ideia de catolicismo defendida por “A”. Em 27 de setembro de 2014, uma imagem de uma família composta por pai, mãe e uma criança, defende em seu texto que o sentido primeiro do matrimônio é a procriação. Em 8 de outubro do mesmo ano, “A” posta um texto escrito por um padre católico que se posiciona contra a escolha de padrinhos homossexuais para seus filhos. Essas postagens mostram que a concepção de catolicismo de “A” diverge da do CDD, aproximando-se da defendida por setores mais conservadores ligados à Igreja Católica.

“B” é mais nova que “A”, aparentando ter cerca de 25 anos. Formou-se em História no Rio Grande do Sul, mas nasceu e mora em São Paulo. Em sua foto de perfil “B” aparece com uma camiseta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de trazer fotos nas quais aparece em eventos do movimento e do Levante Popular da Juventude, uma organização de jovens militantes. Dessa forma, nota-se sua forte vinculação com movimentos sociais. “B” também se assume enquanto bissexual e participa de ações LGBT.

Em seu perfil, compartilha principalmente coisas relativas a movimentos sociais, como divulgação de encontros, muitas fotos e relatos de sua vivência enquanto militante. Não há nada que identifique se “B” segue alguma crença religiosa, ao contrário de “A”. Um post, de 25 de junho de 2014, faz menção à religião, mas apenas critica a intolerância religiosa de igrejas neopentecostais a religiões de matriz africana, não deixando clara sua inserção ou não em alguma dessas religiões. “B” parece uma defensora dos Direitos Humanos de forma geral, que encontrou no CDD uma alternativa a esse fundamentalismo e, sendo assim, apoia o grupo mesmo sem pertencer à religião católica.

Sendo assim, “A” e “B” parecem ser tão distintas quanto seus comentários. “A” é defensora de um tipo de catolicismo sobre o qual o CDD faz pesadas críticas, um catolicismo que, segundo o grupo, não pensa nos direitos das minorias. “B” defende as mesmas pautas do CDD, mas parece não compartilhar do seu universo religioso.

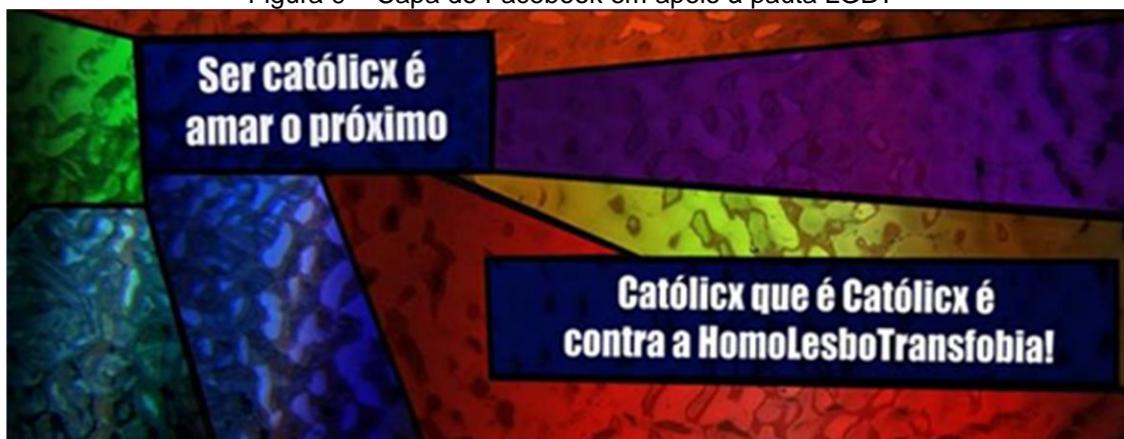
Para além dos posts, as fotos de capa também falam muito sobre a postura do grupo. Antes da campanha pelo aborto legal, a capa remetia ao novo site do Católicas, trazendo a icônica imagem do crucifixo com uma

mulher. As anteriores defendem ideias, através de frases, algumas utilizadas em campanhas, como “Aborto legal pra não morrer”, “Ser Católicx é amar ao próximo: Católicx que é Católicx é contra a HomoLesboTransfobia”, “Pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos de Todxs” ou remetem a vídeos de campanhas criadas pela ONG.

O grupo se identifica altamente com as pautas feministas e LGBT. Nos posts a linguagem de inclusão de gênero é reforçada através do uso do “x”, evitando-se colocar as palavras no masculino ou feminino. O “x”, assim como o “e” e o “@” são usados como formas de linguagem não sexista, excluindo o gênero das palavras e contribuindo assim para que não sejam colocadas no masculino para dar ideia de todo, como de praxe na língua portuguesa.

A capa exemplificada abaixo traz a pauta dos direitos LGBT, também defendida pelo grupo. Usando a argumentação de que ser católico e católica é amar o próximo, conclamam os e as fiéis a serem contra o preconceito. A imagem remete as cores da bandeira LGBT projetadas em vitrais de Igreja, fazendo uma associação entre a Igreja e o movimento LGBT.

Figura 9 – Capa do Facebook em apoio à pauta LGBT



Fonte: Página do grupo no Facebook

Na página podemos encontrar, além da divulgação das campanhas criadas pela instituição e participação em eventos, um estreito diálogo com outros grupos semelhantes, através do compartilhamento de materiais produzidos por outras páginas, blogs e sites. Entre as páginas curtidas pela página do Católicas, estão coletivos feministas, LGBTs e do movimento negro, assim como blogueiros e blogueiras defensores dos direitos das minorias, além de outros coletivos e meios de comunicação alternativos.

O feedback da página é grande, tanto de apoiadores (a página conta com 30.389 “curtidas”, segundo dados de setembro de 2015) quanto de pessoas que nela entram para criticá-la, através de comentários. A principal crítica feita ao grupo é o fato de muitos não o considerarem católico, por seus posicionamentos vistos por alguns como radicais e contrários à Igreja. Os posts sobre o aborto são os mais propícios a esse tipo de crítica e também os que garantem maior alcance.

Enquanto em um post compartilhado do site “Blogueiras Feministas” em 14 de outubro trazendo uma campanha online para a legalização do aborto atinge o número de 615 curtidas e 38 comentários, outro post de 13 de outubro sobre o posicionamento de Católicas a respeito do Sínodo dos Bispos sobre a família atingiu 49 curtidas e apenas 5 comentários.

O número expressivo de curtidas (ferramenta do Facebook que permite acompanhamento das postagens de determinada página), apesar de passar a ideia de que a grande maioria apoia a descriminalização e legalização do aborto é reflexo dos curtidores da página que, como acontece com as demais dessa rede social, acompanham páginas que trazem ideias parecidas com as suas.

Além disso, devemos considerar que o aborto diz respeito a uma realidade e pauta feminista incorporada por grupos LGBTs e por outros setores progressistas da sociedade, sendo um tópico bastante discutido, enquanto que a política da Igreja sofre uma reclusão na atual conjuntura.

Também é interessante perceber que, ao contrário de outras páginas, o Católicas não se expõe nos comentários, apenas realiza a postagem. Não há uma interação real entre curtidores e quem administra a página. Além disso, não há também o controle rígido exercido por outras páginas no sentido de banir pessoas que de alguma forma ofendam o grupo. Podemos encontrar palavras ofensivas endereçadas ao CDD em meio aos comentários. Assim como querem espaço dentro do catolicismo, aqui a ação mostra que a diversidade, a diferença, as opiniões contrárias não são problema, são um dos objetivos do grupo.

2.3. Pela Vida das Mulheres: o posicionamento do Católicas sobre o aborto.

Como já pôde ser percebido nos itens anteriores, o tema do aborto é uma constante nas discussões e publicações do Católicas. O grupo traz um posicionamento favorável à legalização e descriminalização do mesmo, indo contra as concepções defendidas em âmbito geral pela Igreja Católica. Um dos principais pontos utilizados nessa defesa é do o livre arbítrio, do respeito à consciência e livre escolha de cada pessoa. Essa defesa está intimamente relacionada às mudanças ocorridas na Igreja Católica na modernidade. Ao tirar das mãos de Deus a salvação do ser humano, abre-se caminho para o livre-arbítrio dos indivíduos.

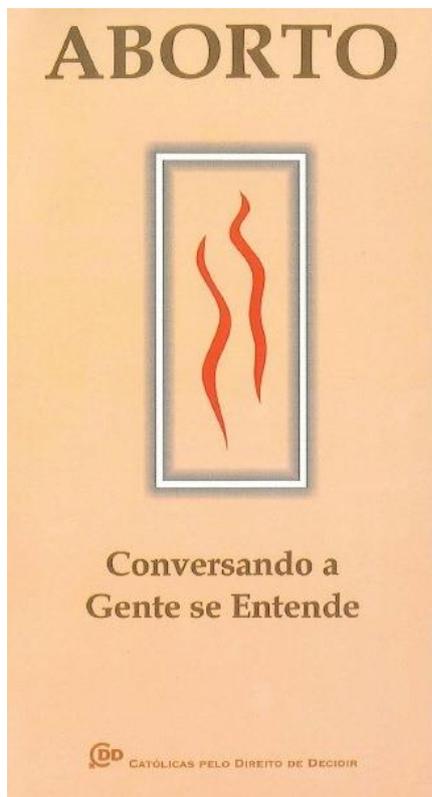
Através da análise dos materiais produzidos pelo grupo sobre o aborto, assim como das declarações públicas das integrantes do grupo sobre o tema, através de entrevistas, vamos focar mais profundamente na maneira pela qual o discurso sobre o tópico se constrói, quais seus principais argumentos e como ele consegue conciliar o catolicismo à defesa de ideias pró-legalização e descriminalização do aborto.

2.3.1 As cartilhas do CDD: Defesa católica do aborto

São muitos os materiais lançados com o selo do grupo sobre a temática do aborto. Livros e artigos de pesquisadores sobre o tema, pesquisas de opinião, dentre outros. Entretanto, vamos nos deter aqui nas cartilhas do grupo, materiais elaborados para disseminar as ideias sobre o aborto à população em geral, com uma linguagem simples e direta. Foram três os materiais escolhidos para a análise: as cartilhas “Pensando a democracia, os direitos reprodutivos e a tolerância religiosa”, “Conversando a gente se entende: aborto” e a fotonovela “O Bilhete”.

Os materiais em questão foram escolhidos, além da temática, por não serem autorais, ou seja, por representarem a opinião do CDD e não de determinado especialista na área. Além disso, o fato de serem cartilhas, mesmo que em formatos diferentes, ajudam a analisar o público para o qual são produzidas, uma das premissas da análise de conteúdo.

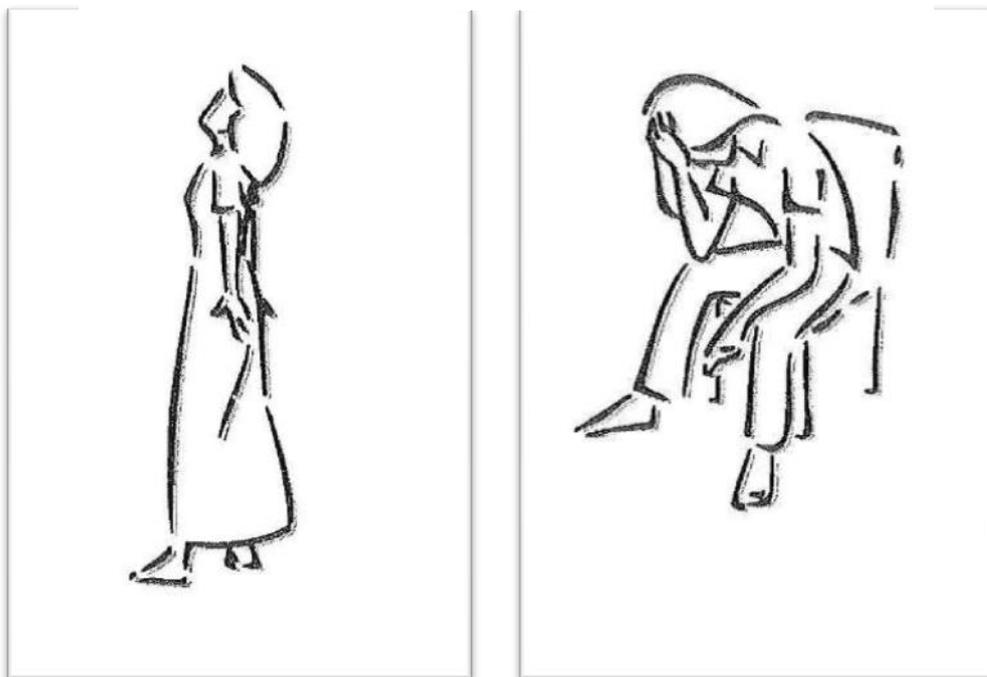
Figura 10 – Capa da cartilha “Conversando a gente se entende: aborto”



Fonte: Site Católicas pelo Direito de Decidir
(catolicasonline.org.br)

“**Conversando a gente se entende: aborto**” (s/d) se propõe a ser uma cartilha para as mulheres cristãs que desejam olhar para o problema do aborto e tomar um posicionamento sobre o mesmo. Visualmente simples, traz a capa colorida, representando abstratamente a silhueta de uma mulher. Internamente, não há cores e o texto apenas é interrompido por pequenas figuras no início de cada capítulo e que se relacionam com ele, trazendo em sua grande maioria mulheres, como nos exemplos abaixo:

Figura 11 – Modelo da representação feminina na cartilha
“Conversando a gente se entende: Aborto”



Fonte: Site do Católicas pelo Direito de Decidir

Os desenhos, simples e em preto e branco, utilizam-se principalmente das expressões corporais das mulheres neles representados para fazer uma associação com a temática do capítulo. O primeiro desenho ilustra o capítulo “A Bíblia e o aborto”. Percebe-se que a figura olha para cima, com as mãos abertas, parecendo pedir auxílio a algo superior, que nesse contexto pode ser visto como Deus. Nesse capítulo trata-se justamente do que a bíblia, vista pelos católicos e católicas como a palavra de Deus, fala sobre o aborto, tentando esclarecer as dúvidas das fiéis. A segunda silhueta ilustra o capítulo “A realidade do aborto”. Ao trazer uma imagem de uma mulher visivelmente chocada ou triste aborda-se a situação do aborto no Brasil, dando destaque para os procedimentos realizados mesmo na ilegalidade, suas motivações e consequências, como a morte de mulheres.

Cada tópico abordado na cartilha está dividido em três partes: na primeira, são expostas diferentes perspectivas sobre o tema, a fim de desconstruir preconceitos e mostrar opiniões diversas. A segunda parte traz o pensamento da igreja sobre o assunto e a última traz dilemas de personagens, baseados na vida real, sobre o tema.

A cartilha começa trazendo uma conversa fictícia entre amigas católicas, o que se pode inferir através dos diálogos que mostram que seguem a bíblia e

os ensinamentos da Igreja, sobre o controle da natalidade, a bíblia e a prática do aborto. Através de falas coloquiais, que podem ser entendidas como uma forma de aproximação ao público alvo da publicação, somos apresentadas a diferentes pontos de vistas, de cinco mulheres sobre essas questões, todos usando como pano de fundo o discurso da Bíblia acerca desses temas. Então, a cartilha questiona se essas afirmações da Bíblia são argumentos suficientes para sustentar a decisão das mulheres sobre quantos filhos devem ter ou sobre a prática do aborto. Ou ainda, será que podemos encontrar na Bíblia respostas prontas sobre esses assuntos?

A partir daí, a cartilha passa a refutar a ideia de que esses assuntos estariam presentes na Bíblia. O que se tem é o uso de trechos como “crescei e multiplicai-vos” para sustentar argumentos contra o controle de natalidade e a prática do aborto. Entretanto, ressalta a cartilha, a Bíblia não traz receitas para cada situação de nossa vida. Ela dá indicações que podem guiar nossos comportamentos:

A Bíblia não fala de aborto, mas fala da Vida, da via em abundância, da Lei favorável aos homens e às mulheres. A Bíblia fala da misericórdia como mais importante que o sacrifício; do perdão mais do que da culpa. É daí que devemos tirar critérios para orientar nossos comportamentos em relação à vida.

O próximo ponto abordado pela cartilha diz respeito a um dos principais argumentos utilizados pelo grupo a fim de entendermos o aborto dentro de uma lógica cristã, os diferentes pensamentos sobre o aborto dentro da Igreja Católica ao longo de sua história.

O material traz argumentos históricos para sustentar seu ponto de vista. Como, por exemplo, o fato de o aborto e a anticoncepção serem praticados com frequência no início do cristianismo. Também somos apresentadas a diferentes pontos de vista de teólogos ao longo do tempo, cujas ideias giravam em torno de duas questões centrais, a penalização do aborto em casos de adultério e a presença de uma alma no feto.

Segundo a cartilha, ao longo da Idade Média, até por volta de 1869, não havia uma condenação de todo tipo de interrupção da gravidez. Só era considerado pecado grave quando a interrupção era realizada para esconder o adultério da mulher. A penalização, então, não vinha do fato de se pensar que a mulher estaria praticando um homicídio ao abortar, já que a ideia de alma

inerente ao feto também não era consenso. A penalização vinha sobre o comportamento infiel da mulher.

Somente a partir de 1869, com o papa Pio IX, passou a existir uma norma oficial da Igreja que considera o aborto, em qualquer circunstância, um pecado passível de excomunhão. A posição atual do Vaticano é de que a vida inicia na concepção, desta forma, algo que atente contra o embrião é um crime comparável ao homicídio.

Entretanto, embora essa seja a posição oficial da Igreja, muitos teólogos continuaram discutindo a problemática. Segundo a cartilha, a questão do aborto se faz presente no dia a dia, já que mesmo havendo essa proibição da Igreja e do Estado, a prática continua matando milhares de mulheres ao ano. A indefinição do momento no qual o embrião se converte em um ser humano, tanto por teólogos quanto por cientistas, faz com que o problema recaia no nível da consciência individual.

A cartilha ressalta que o Concílio Vaticano II reforçou que o critério último de decisão da moral é o da consciência individual: “A partir do texto conciliar sabemos que o ser humano não será julgado por Deus em razão o seguimento de leis ou normas de qualquer índole, mas em razão do seguimento de sua consciência”. Ainda nesse momento, há outro texto que diz “o primeiro bem que a pessoa tem a obrigação moral de buscar é o próprio bem, o bem pessoal”.

Dessa forma, o material chama as mulheres a refletirem acerca do tema, a perceberem que as vozes da Igreja são múltiplas e nem todas dizem que o aborto é pecado. Ela defende que as mulheres usem os ensinamentos religiosos não como verdades absolutas, mas como possibilidades que devem ser discutidas e pensadas dentro do contexto real, de cada vida.

A cartilha, trazendo à tona a história do catolicismo desde sua origem, mostra como a religião católica historicamente adotou diferentes posições em relação à questão de como o aborto deveria ser tratado socialmente. Com isso, percebe-se como a instituição pode ser modificada ao longo do tempo e o que hoje é considerado uma verdade absoluta, não pode ser enxergado como algo presente desde sempre e imutável.

Através de sua linguagem simples que busca retratar diálogos de pessoas comuns, pouco instruídas, a cartilha cria estratégias para seu público

alvo. Em sua introdução, a publicação fala que a temática do aborto está presente no dia a dia das mulheres, mas especialmente aquelas de camadas mais pobres e defende que o material em questão pode ser utilizado como subsídio para mulheres cristãs (re)pensarem sobre o assunto, conhecendo mais e podendo assim tomar uma decisão sobre essa difícil questão.

Em todo momento, percebemos o destaque do material para a defesa do livre arbítrio e da consciência individual dessas mulheres, algo que é forte na prática do grupo, seja nos materiais, na página ou nas declarações das integrantes. Ao fornecer informações que fogem ao que é defendido pela oficialidade católica, a cartilha oferece novas possibilidades de se pensar a questão, e que podem propiciar uma aproximação ao grupo, mesmo que esse não seja um objetivo declarado da publicação, que apenas deixa explícita a vontade de compartilhar informações que ajudem as mulheres a tomarem suas próprias decisões.

A fotonovela “O Bilhete”, publicada em setembro de 2012 como parte da campanha “Católicas em campanha pela legalização do aborto” também vai tratar da temática, vista da perspectiva de uma mulher que realiza um aborto. Luciana, negra e de periferia, decide interromper a gravidez depois de ser vítima de violência doméstica.

As indicações sobre sua situação social são mostradas desde a primeira página. A mãe, em conversa ao telefone, conta que a filha, sem dinheiro, decidiu realizar um aborto clandestino e que está no hospital por conta disso. Logo após, ao visitar a filha no hospital, diz que tem que ir embora, pois tem “uma trouxa de roupa pra passar pra fora” mostrando seu emprego, condizente com a realidade de muitas mulheres periféricas.

O enredo é quase todo desenvolvido dentro do hospital no qual ela está se recuperando. A reflexão acontece principalmente através de bilhetes anônimos que a paciente recebe, conforme exemplificado na figura 12:

Figura 12 - Estrutura interna da fotonovela



Fonte: Site do Católicas pelo Direito de Decidir

A partir daí, o leitor e a leitura são convidados a pensar sobre o tema mais profundamente. Luciana reage com surpresa aos bilhetes que aos poucos vão fazendo com que ela se sinta melhor sobre sua decisão. O diálogo que Luciana tem com um jovem médico acerca dos bilhetes traz dados importantes, como o número de mulheres que morrem no ano em decorrência de abortos inseguros no país. O médico reforça como o apoio é importante para quem passa por esse processo e como quem é contra a legalização quer que essas mulheres sejam tratadas como criminosas. Apesar de não revelar a pessoa remetente dos bilhetes, foca-se na importância de atitudes como essas, de apoio a quem passa por essa situação, não de criminalização à prática.

Ao sair do hospital, Luciana telefona para sua mãe dizendo que antes de ir para casa dará apoio a outras mulheres que passaram pelo mesmo que ela. Com um cartaz escrito “se os homens engravidassem o aborto já seria permitido” ela se encaminha à frente de uma Igreja, mostrando que a conversa que teve com o médico a convenceu da importância de se manifestar acerca da temática.

A história faz um recorte de raça/classe ao apresentar uma negra e pobre como protagonista, evidenciando quem mais sofre com as consequências do aborto ilegal no Brasil. Além disso, têm-se a discussão acerca do comportamento do médico que atende as pessoas que passam pelo processo, evidenciando a importância de um tratamento respeitoso para com a mulher.

A estrutura interna segue os moldes de fotonovela, com imagens reproduzindo histórias a serem contadas. A contracapa traz mais dados sobre o número de mulheres que abortam no país, as relações da renda com a possibilidade de se fazer um aborto seguro e a constatação de que 97% dos abortos realizados no mundo concentram-se em locais onde a prática é criminalizada. A principal questão da contracapa levantada é “prender ou cuidar das mulheres que abortam?”. Assim, tenta-se mostrar como a prática, apesar da proibição, ainda é realizada no país e que a melhor forma de lidar com ela não é a criminalização.

Esse material, assim como o anterior busca falar da questão do aborto partindo da realidade dos leitores e, principalmente, das leitoras. Através dessa estratégia, falar do aborto passa a ser falar sobre algo palpável, próxima que alguma amiga, parente ou conhecida já passou e não de uma realidade abstrata ou prática efetuada por alguém distante.

Diferentemente da primeira cartilha analisada, não temos na fotonovela um maior aprofundamento sobre questões ligadas à religião, o que pode ser entendido como uma mudança de público alvo, que abrange pessoas não católicas e profissionais da área da saúde. Percebe-se, além da preocupação com a narração da história pelo olhar da mulher que praticou o aborto, mostrando seus motivos para tal, um foco em como os profissionais de saúde lidam com isso e na importância de um tratamento adequado para essa mulher.

Sendo o aborto, salvo ressalvas, proibido no Brasil e muitos dos dados sobre ele vindo de complicações que têm que ser tratadas em hospitais, como curetagens, há denúncias acerca do tratamento preconceituoso para com essas mulheres por parte de profissionais de saúde, incluindo aqui aqueles que professam crenças que não permitem a prática. Sensibilizar o olhar desses profissionais parece ser uma preocupação do CDD, tendo a preocupação com os abortos que já são permitidos e vislumbrando um futuro no qual haja a legalização em qualquer circunstância.

A cartilha “**Pensando a democracia, os direitos reprodutivos e a tolerância religiosa**” traz de volta a perspectiva religiosa, trazendo reflexões não apenas sobre o aborto, mas também sobre a maternidade e tolerância religiosa, através da pauta do Estado Laico.

A cartilha, publicada em 2009, é uma parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e se destina principalmente aos/às profissionais, gestores/as, conselheiros/as de saúde e integrantes dos movimentos sociais. Ela traz como justificativa a importância de pensarmos sobre a saúde, o aborto e as questões religiosas como forma de valorizar o direito à saúde, a autonomia das pessoas e a liberdade de escolha.

Dentre os materiais analisados, a cartilha é a mais interessante visualmente, trazendo variedade de cores e imagens. Os textos são intercalados por boxes com informações extras e imagens sobre o assunto. O fato de a cartilha ser fruto de uma parceria e com isso contar com condições financeiras melhores de execução e impressão pode ser um dos motivos que a fazem ser mais elaborada visualmente.

Figura 13 – Capa e estrutura interna da cartilha “Pensando a democracia, os direitos reprodutivos e a tolerância religiosa”



Fonte: Site do Católicas pelo Direito de Decidir

O primeiro tópico abordado é sobre as mulheres e o pensamento religioso. Através de uma pequena análise acerca de como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo enxergam as mulheres, é problematizada a forma

como essas religiões colocam as mulheres em condições inferiores às dos homens e como isso nos afeta hoje. Defende-se que muitas das opressões sofridas hoje pelas mulheres são fruto da influência das religiões e das ideias que foram sendo repassadas ao longo dos séculos acerca dos papéis de cada gênero.

A maternidade é a questão problematizada na sequência. A forma como a religiosidade usou da sexualidade das mulheres para controle, admitindo sua prática apenas para a procriação, fez com que a maternidade fosse imposta às mulheres, demarcando seu papel na sociedade. A criminalização do aborto se torna mais clara ao percebermos que o “grande crime” associado a ele é o de contestar os papéis sociais atribuídos ao gênero feminino.

O aborto, assim como na primeira cartilha, é tratado por um viés religioso através da constatação dos diferentes posicionamentos da Igreja sobre ele ao longo de sua história. Pontuar, mais uma vez, que a prática nem sempre foi condenada é umas das estratégias para a percepção da Igreja como uma instituição que pode ser modificada para atender as demandas da sociedade. Não sendo um dogma, a posição sobre o aborto pode ser alterada:

Mais de uma vez, membros da Igreja têm afirmado que a proibição do aborto é um dogma. Um dogma é algo que não se discute, porque as pessoas acreditam que “não pode ser mudado”. É como é, e ponto final. Mas, na verdade, a proibição do aborto não é um dogma na Igreja, porque não é uma questão de fé, mas de lei eclesiástica, ou seja, de lei da Igreja, definida pela hierarquia. A proibição do aborto é uma das regras de comportamento estabelecida para orientar as práticas das pessoas católicas.

A cartilha nos mostra que proibição do aborto e seu julgamento como um pecado em qualquer circunstância, pelo papa Pio IX, em 1869, veio junto do incentivo ao culto à Imaculada Conceção da Virgem Maria. Já que Maria teria recebido a alma de Jesus desde a concepção, a ideia de alma desde o início da gestação passa a ser reforçada e o aborto passa a ser visto como um assassinato de uma pessoa.

E é no século XIX também que movimentos de cunho feminista começam a aparecer na Europa, lutando por melhores condições de trabalho para as mulheres. A resposta da Igreja passa a ser o reforço de seus papéis de mães, convocando-as a cumprir essa função “determinada por Deus”. A ideia

de uma vocação materna presente em todas as mulheres também passa a ser estimulada, reforçando esse discurso.

Ao tratar da autonomia e consciência das mulheres como próximo ponto, a cartilha reforça que o uso da própria consciência, em questões de moral e de comportamento, é um elemento central e legítimo do pensamento católico. Assim, a cartilha passa a tratar da maternidade como direito e opção, estando presente nessa questão também a opção de interromper a gravidez, caso a mulher ache necessário.

Rebatendo a ideia de vocações imutáveis, defende-se que o ser humano pode se desenvolver em várias áreas. A maternidade não pode ser vista como o único caminho para a mulher, não pode ser imposta pela família, Estado ou religião. A defesa dos direitos reprodutivos das mulheres, que tratam de questões privadas ligadas à reprodução como: concepção, contracepção e aborto, deve ser prioridade.

As páginas finais da cartilha são direcionadas à profissionais da saúde, focando no atendimento de mulheres que são internadas por causa de abortos espontâneos ou provocados, defendendo que recebam o melhor tratamento possível e que não sejam julgadas por suas decisões. Apesar de tratar de assuntos que também estão presentes no primeiro material analisado, a cartilha faz isso de uma forma mais impessoal, sem o uso de personagens a fim de dar uma ideia de aproximação. A linguagem é simples, mas não busca simular conversas coloquiais. O material traz mais informações, como dados e estatísticas, além de discutir conceitos como o de Estado Laico e democracia. Essa variedade de tópicos condiz com a multiplicidade públicos-alvo que a cartilha busca atingir: profissionais de saúde, gestores e gestoras, conselheiros e conselheiras de saúde, integrantes dos movimentos sociais e a população em geral.

Através da análise dos três materiais, podemos perceber que se mesclam, no discurso do grupo, argumentos religiosos e laicos na defesa da descriminalização e legalização do aborto. Podemos perceber a tentativa de conciliar, nos argumentos pró-aborto, a doutrina católica mostrando como considerar tal mudança não mexeria com a configuração do catolicismo, já que o aborto não é um dogma.

Defender a descriminalização e legalização do aborto é defender o “pelo direito de decidir” que o grupo traz em seu nome, declarando a autonomia das mulheres. Dessa forma, essa defesa não se encerra no direito a optar pela maternidade ou não, mas na decisão dos sujeitos sobre seus próprios corpos e suas próprias vidas.

. Essa pauta também está relacionada com a posição do indivíduo na sociedade moderna e a ideia de salvação do mesmo. Abandonando a ideia de um deus onipotente, chega-se a salvação através do seguimento da consciência individual. Dessa forma, o recurso da consciência como guia moral, presente na doutrina católica, abre margem para decisões tomadas a partir da realidade de cada mulher.

O Concílio Vaticano II perpassa as cartilhas que tratam o tema sobre uma perspectiva religiosa. Para autores como Mário de França Miranda (1992), o Concílio Vaticano II representa a aproximação da Igreja Católica aos preceitos da modernidade, como a primazia da razão e a politização do religioso.

Politização essa que pelo CDD vem em forma de uma militância engajada, modificando o que então se tinha até então, conforme Fabíola Rohden (1997):

É interessante que o fato de as teólogas, de certa forma, delegarem as pressões mais diretas por mudanças às camadas populares, se combina com uma "lucidez" estratégica. Há uma percepção de que o enfrentamento não daria resultados. As teólogas católicas acreditam que o seu papel de "mediadoras" é mais importante e mais frutífero do que o de "militantes". Além do que, não há uma pretensão de assumir uma "identidade feminista militante" que se contraponha à Igreja. O caminho escolhido é da conquista lenta, mas segura, sem conflitos que levem ao rompimento. – não agora
(ROHDEN, 1997, p. 32)

A historicização do catolicismo, destacando outras vozes que não as majoritárias, tenta mostrar que há espaço pra outros discursos dentro da Igreja. Essa ideia tem proximidade com o que é defendido por Lerner (1986) já que para a autora dar historicidade ao sistema patriarcal é uma das formas de romper com a universalidade da dominação feminina, mostrando que mesmo ele se altera ao longo do tempo.

Ainda a ideia de se buscar e valorizar a participação das mulheres nos textos sagrados vai de encontro com uma das principais premissas defendidas

pela autora, de que a história das mulheres é uma ferramenta imprescindível para criar uma consciência feminista entre as elas. E é esta visão do mundo, segundo a autora, que permitirá que mulheres e homens liberem suas mentes do pensamento patriarcal e finalmente construam um mundo livre de dominações e hierarquias.

2.3.2 CDD e o discurso sobre o aborto na mídia

A participação das integrantes do grupo em entrevistas e debates, nos mais diversos meios, é uma constante. Segundo Rosângela, o Católicas já é reconhecido como uma autoridade em certos temas como o aborto e o Estado Laico, e procurado constantemente para emitir seu ponto de vista sobre essas questões, principalmente como contraponto à voz oficial da Igreja.

O claro posicionamento do grupo sobre o aborto faz com que a temática seja uma das mais exploradas nas entrevistas. Aqui, analisaremos duas entrevistas que, direta ou indiretamente, abordam o assunto e que são realizadas com diferentes integrantes do grupo a fim de percebermos se o discurso de mantém o mesmo. São elas: Entrevista concedida por Rosângela Talib para a revista “Carta Maior” publicada em 22 de julho de 2013 e entrevista com Maria José Rosado, presidenta do CDD, para a revista “TPM”, publicada em 31 de julho do mesmo.

A revista “Carta Maior” se define como “um portal da esquerda brasileira e latino-americana” delimitando seu público alvo àqueles que compartilham dessa visão política. Ela foi fundada para divulgar as teses do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2001 e especializou-se na cobertura jornalística de temas como direitos humanos, meio ambiente, política e economia.

A revista Tpm também foi lançada em 2001 e é uma sigla para “Trip Para Mulheres”, já que surgiu como a versão feminina da revista Trip. Segundo Carvalho (2006) ela constrói sua imagem a partir da negação do discurso de outras revistas femininas, indo contra os estereótipos mostrados nelas. Dessa forma, seu público alvo abrange aquelas que não se sentem representadas pelas outras revistas femininas do mercado.

Interessante percebermos que as duas entrevistas escolhidas são do ano de 2013, publicadas com menos de 10 dias de diferença. Tivemos neste

ano a realização da Jornada Mundial da Juventude no país, com a presença do papa Francisco. O momento tornou-se propício para se discutir a relação da Igreja com seus fiéis e o posicionamento do novo pontífice, visto por muitos como mais progressista que seus predecessores, acerca de temas ainda polêmicos para a Igreja como o aborto e a união homoafetiva.

As entrevistas têm como pano de fundo a vinda do papa ao Brasil e suas posturas. A publicada na revista “Carta Maior” é a única que traz como foco a questão do aborto, sendo intitulada “ONG Católica recusa postura do papa em relação ao aborto”. A revista “TPM” aborda aborto e direitos reprodutivos, através da discussão sobre o projeto de lei 3/2013 (PLC/3), o qual prevê que todos os hospitais da rede pública estejam preparados para oferecer atendimento emergencial, integral e multidisciplinar a mulheres vítimas de violência sexual, mas não se prende somente a esses assuntos.

À “Carta Capital”, Rosângela mostra que o discurso da Igreja sobre a questão do aborto não é único, tratando o tema como uma questão de saúde pública e ressaltando a importância da informação acerca dos métodos contraceptivos e se opondo a moralização do sexo pregada pela Igreja Católica em relação ao tema.

Indagada acerca da Jornada Mundial da Juventude e dos materiais “pró-vida” distribuídos aos participantes, como o manual de bioética que defende que a pílula e o DIU são métodos abortivos, Rosângela declara as ações como irresponsabilidade da Igreja:

Os jovens peregrinos não receberão apenas esse manual, mas também um bonequinho de um feto de 12 semanas. É um “movimento pela vida” que tenta fazer com que os jovens creiam que o aborto é um homicídio, não importa em que caso: mesmo que a gravidez ofereça riscos à vida da mulher ou tenha decorrido de um estupro. Existe na vinda do papa um forte apelo para que os jovens permaneçam virgens até o casamento e não façam uso senão dos métodos contraceptivos “naturais” permitidos pela Igreja. O Vaticano mais de uma vez deu declarações de que a camisinha não é um método anticoncepcional adequado e nós consideramos isso uma grande irresponsabilidade.

Rosângela tenta desmistificar o fato de muitos acharem que quem defende a legalização e descriminalização do aborto, seja a favor do aborto em si. Segundo ela, o que se defende é a possibilidade das mulheres de decidirem, entretanto, o desejo é de que nenhuma tenha de passar por essa

experiência. Para isso, afirma, é necessário que todas as formas de contracepção sejam de conhecimento geral.

Para a integrante do CDD, o discurso de que os métodos contraceptivos estão ao alcance de todos e que “só engravida quem quer” é falacioso. Ela traz sua experiência de vida, através de um diálogo, para afirmar que na realidade muitas mulheres não tem a informação necessária para utilizar os métodos contraceptivos da forma correta. Além do mais, defende que muitas mulheres abortam porque são abandonadas por seus parceiros e que a responsabilização desses homens por esse ato não ocorre.

Ela defende, então, que a Igreja poderia ter um papel importante na disseminação desses métodos e que é uma necessidade que ela se abra para os novos tempos, parando de pautar a sexualidade como algo ruim, pecaminoso, apenas para a procriação.

Ao ser indagada sobre a PLC/3, projeto de lei que prevê a obrigatoriedade do primeiro atendimento à mulher que sofreu violência sexual em todos os hospitais, e a resistência da bancada fundamentalista acerca de sua aprovação, ela aponta com dados técnicos como esse projeto de lei é a possibilidade de uma primeira regulamentação de um direito que existe há mais de 70 anos, o do aborto legal em casos de estupro ou risco de morte para a mulher. Entretanto, não há uma norma legal tratando de quem fará esse processo, onde e como. Demandas que essa lei poderia suprir.

Ela ainda argumenta sobre a falta de informação quanto à possibilidade de aborto legal dentro desses casos, e o pedido de veto da bancada fundamentalista ao inciso que prevê que a mulher tenha acesso a todas as informações sobre seus direitos. A lógica defendida por essa bancada é a de que, caso a mulher tenha essas informações, ela procure um serviço que realize o processo. Uma lógica que, segundo Rosângela, priva as mulheres do direito à informação, necessária para que possam tomar suas decisões.

Outra crítica feita é aos serviços de abortamento legais existentes no Brasil:

Em 2005 fizemos um dossiê sobre os serviços de abortamento legal existentes no país. Nossa surpresa é que muitos nunca tinham feito nenhum aborto, declarando que não havia demanda. Com os índices de violência sexual que nós temos no país, como não havia demanda? Então encomendamos uma pesquisa ao Ibope sobre o

conhecimento da população acerca da legislação. 60% não sabia que existia o direito ao aborto em caso de estupro e, dentre aquelas que conheciam este direito, 95% não conhecia qual serviço de saúde na sua cidade ou no seu estado realizavam esse procedimento. É uma política pública que de pública não tem nada, pois, se a mulher a desconhece, não vai acessar. É obrigação do Estado informar as mulheres dos seus direitos e o PL 3/2013 ajudará nisso, inclusive há disponível na internet um abaixo-assinado pedindo que a presidenta Dilma sancione o projeto.

A entrevista se encerra com o questionamento acerca da legalização do aborto. Rosângela problematiza a questão de que os lugares onde o aborto é legalizado são aqueles com menores índices da prática. Isso se deve, afirma ela, ao fato de que o acesso a serviços de saúde adequados propiciam que as mulheres tenham mais informações acerca de métodos contraceptivos e, optando pelo aborto, a mulher sai das clínicas com todas as orientações necessárias para diminuir a reincidência de gravidez indesejada.

A questão de classe também é problematizada. A proibição, seja ela pela Igreja ou Estado, não impede as mulheres de abortarem. O que acontece, então, é um recorte entre as que têm condições de pagar por um aborto seguro e aquelas que se submetem a abortos inseguros, que podem acarretar em sequelas ou morte para essas mulheres.

Percebe-se que Rosângela não entra em questões relativas ao campo religioso para justificar a prática. Sua crítica à religião se faz na medida em que ele interfere em um campo no qual não deveria legislar, na defesa de um Estado Laico. Em nenhum momento temos aqui argumentos que tentam conciliar o catolicismo com a prática do aborto. Em contrapartida, Maria José Rosado, em sua entrevista à revista “TPM”, volta a falar sobre como conciliar esses dois assuntos.

O papa Francisco e a PLC/3, projeto de lei que prevê a obrigatoriedade do primeiro atendimento à mulher que sofreu violência sexual em todos os hospitais, são os principais temas da entrevista. Indagada acerca dos posicionamentos de Francisco e de uma possível abertura da Igreja a partir de seu papado, ela se mostra cética. Acredita que, apesar de ter uma postura mais simples, ele está longe de sinalizar mudanças sobre a doutrina sexual que a Igreja considera em termos de moral e o que ela pensa sobre as mulheres.

Sobre a Igreja ainda poder responder às demandas dos fiéis, mesmo com uma parcela significativa deles tendo opiniões opostas a assuntos por ela

defendidos, como a sexualidade, Maria José afirma que isso pode ser feito, pois a Igreja tem elementos dentro de sua doutrina que a permitiriam mudar, mas que não vê probabilidade disso ocorrer durante o atual papado. Segundo ela, o poder institucional é um empecilho para essas mudanças. A Igreja traz como fundamento a exclusão das mulheres, negando sua autonomia. Essa negação reflete no controle das mulheres de sua capacidade reprodutiva, como a possibilidade de recorrer ao aborto.

Maria José argumenta que o discurso utilizado pelos conservadores de que ser favorável ao aborto é ser contra a vida é frequente. Para ela, a sociedade não compreende que permitir que uma mulher interrompa a gestação por ela considerar que naquele momento não tem condições de colocar outro ser na sociedade, é algo que “dignifica a maternidade”. Ela declara que a sociedade deveria exigir uma maternidade refletida e pensada, que levasse em conta as condições necessárias para esse novo ser tenha uma vida digna, como dar educação, transporte, saúde, dignidade, trabalho. As mulheres deveriam ter autonomia para decidir onde, quando, com quem e se querem ou não entrar nesse processo de fazer um novo ser humano.

A entrevistada se volta então à história do catolicismo para defender que existem elementos dentro da doutrina que podem ajudar as mulheres na busca por autonomia. O principal deles o recurso à própria consciência para tomar decisões:

Isso é da mais antiga tradição católica. O próprio Papa Bento XVI tem uma fala em que reafirma muito fortemente isso. Nenhum padre, papa ou cardeal substitui o dever que têm os católicos de tomar decisões recorrendo à sua própria consciência. Esse é o elemento fundamental. Quando as mulheres decidem por um aborto, elas pensaram, refletiram, tomaram sua decisão recorrendo à consciência de que é isso que querem fazer naquele momento. Por isso elas são capazes de agradecer a Deus em um momento pós-aborto porque ele deu certo e tudo se passou bem. Em segundo lugar, lembrar que a questão do aborto tem história na Igreja Católica, que a condenação absoluta é recente e tem pouco mais de cem anos.

A integrante do CDD afirma que o aborto pode ser discutido, já que não se constitui como um dogma da Igreja Católica. Outro ponto comentado é a doutrina do probabilismo, que estabelece que quando há discussão em torno de algum assunto, a Igreja tem o dever se esclarecer que existe essa divergência para que os fiéis possam tomar suas decisões. A história do

aborto dentro da Igreja é uma história de dúvidas e discussões. Partindo desse princípio, as mulheres têm liberdade de decidir se querem recorrer a um aborto.

Maria José traz em seu discurso a defesa de uma política de contestação realizada de dentro da Igreja. De uma luta pela autonomia das mulheres através de preceitos católicos. Para ela, assim como para o Católicas em geral, há espaço pra divergências no catolicismo. O discurso do grupo, tanto nos materiais, quanto nas entrevistas, busca mostrar que a história da Igreja Católica é marcada por conflitos e diferentes posicionamentos ao longo do tempo. Dessa forma, ser Católico para o CDD não é sinônimo de aceitação a tudo o que é imposto.

Para a ONG há espaço no catolicismo para uma visão que considere as mulheres capazes de decidir sobre os seus corpos e suas vidas. Há espaço para olharmos para o passado e desconstruirmos as verdades imutáveis e construirmos um presente e futuro que partam das demandas reais da sociedade. O Católicas se constrói como uma alternativa para aqueles, e principalmente aquelas, que optam por continuar no catolicismo sem abrir mão da crítica e da defesa das minorias.

O que dá sustentação a estas ideias é essa nova concepção de Deus, que não está acima do indivíduo e dá independência ao agir. Aliado a isso temos a Teologia Feminista, que tem como um de seus princípios não se direcionar a partir de um decreto acima das vidas humanas, mas partindo das situações concretas.

3. EM BUSCA DAS RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA E FEMINISMO

A relação entre o catolicismo e as questões de gênero é dos pontos mais importantes para compreender o CDD. Olhando mais de perto, temos desde os textos sagrados, escritos por homens, e que manifestam, desse modo, um olhar masculino sobre o mundo, justificativas para a subordinação feminina.

Os dogmas católicos, inseridos nesse contexto, em sua maioria, evidenciam o papel do homem como figura principal das relações entre os gêneros, atribuindo-lhe papéis de chefia e controle do gênero feminino. Para Fabíola Rohden (1995) o que quase sempre caracterizou a relação entre feminismo e religião foi o afastamento.

Essa conflituosa relação começa no próprio conceito de Deus. Como aponta Benedito Ferraro (2003) só podemos falar de Deus a partir de linguagens ligadas às tradições culturais. Situados na história, nos relacionamos com os outros como pessoas sexuadas. Deus não está imune a repartição bissexuada da tradição cultural ocidental. A tradição bíblica e teológica nos faz pensar e falar dele a partir do masculino. E o resultado disso é a exclusão de grande parte do divino, sem a participação nos ministérios ordenados e na representação da Igreja de forma oficial.

Nessa perspectiva, a teologia como uma prática discursiva, reiterativa e citacional, durante muito tempo produziu e reproduziu modelos de gênero, segundo a norma da heterossexualidade, hierarquizando práticas sociais, de acordo com uma diferenciação sexual culturalmente construída. No pensamento teológico que os discursos teológicos androcêntricos, ao longo da história, produziram impactos negativos tanto para a construção da subjetividade feminina como para os processos sócio eclesiais, os quais ganhavam legitimidade para limitar as possibilidades de ação e de acesso ao conhecimento para as mulheres. (Ferraro, pg 74)

Ivone Gebara (2007) uma das mais influentes pensadoras da Teologia Feminista, importante referência para as mulheres do CDD, problematiza essa visão do sagrado, destacando a invisibilidade das experiências religiosas das mulheres na história e como isso as colocou à margem da produção simbólica religiosa pública.

Além disso, a construção de símbolos cristãos associados à imagem feminina corroborou para a criação de estereótipos acerca de comportamentos femininos:

Os mitos judaico-cristãos haviam colocado as mulheres em posição inferior visto que se atribuía a elas a debilidade de ter aceitado a tentação da serpente para comer do fruto proibido e oferecê-lo ao homem. Por causa dessa fraqueza, a mulher Eva e suas descendentes foram condenadas à obediência aos homens e à sua condição de procriadoras em meio às dores do parto e sofrimento múltiplos. Uma grande onda de misoginia estabeleceu-se entre os homens responsáveis por explicar aos crentes a vontade suprema de seu Deus, sobretudo nos quatro primeiros séculos do cristianismo. Passaram a considerar as mulheres frágeis e ao mesmo tempo perigosas e até se perguntavam se eram possuidoras de alma. (2007, p. 30)

O corpo da mulher passa a ser concebido como pertencente ao homem, já que fora criado a partir de uma parte dele. Segundo Zaíra Ary (2000) esta visão católica sobre a mulher, estando ancorada na mitologia do Jardim do Éden, na qual a mulher seria culpabilizada pela queda da humanidade, simbolizaria a fraqueza feminina e a importância de manter as mulheres sob vigilância.

Raquel Lima (2009) mostra como a Igreja introduziu uma segunda mulher em seu discurso na época medieval. Trata-se de Maria, o oposto de Eva, trazendo através de sua fé e obediência salvação ao mundo ao aceitar os desígnios divinos e conceber Jesus:

Ela seria a nova Eva, a anti-Eva: a Ave. Concebendo sem pecado, tornou-se o protótipo idealizado do feminino: destaca-se pela pureza sexual e pela maternidade, caminho de remissão às 'filhas de Eva'. Por intermédio dela a Igreja conseguia oferecer às mulheres uma espécie de saída da condição pecaminosa instaurada pela primeira mulher e mãe, Eva. Para isso, era necessário criar um novo modelo de mulher, ideal e idealizado: a de mãe, esposa e virgem. (2009, p. 114)

A autora ainda destaca que no período moderno, entre o Renascimento e o Iluminismo, parte do discurso medieval que associava a mulher com o Mal foi retomada. Sua associação com o demônio, a mentira, a depravação sexual, legitimou a caça às feiticeiras nos séculos XVI e XVII e um discurso cada vez mais rigoroso em relação ao sexo feminino.

Entretanto, mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas na Europa a partir do século XVIII, como a propagação de ideias acerca da

redução do poder religioso no Estado, fizeram a instituição repensar o discurso sobre as mulheres, já que se tratavam de importantes integrantes da Igreja. A partir disso, o discurso católico centrou-se na maternidade, vista como um instinto natural das mulheres, com a valorização de características como sensibilidade e fragilidade.

Um dos marcos para a mudança de postura em relação à mulher na Igreja Católica foi o Concílio Vaticano II, como destaca Janice Albuquerque (2010):

Nos anos após o Concílio Vaticano II, o marco histórico da abertura da Igreja Católica à renovação, a uma maior liberdade e compromisso com os pobres, foram elaborados documentos que abordavam questões pertinentes à condição da mulher, sua sexualidade e relação familiar. O Concílio foi o ponto de partida para as Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano de Medellín (1968), Puebla (1976) e Santo Domingo (1992), com seus respectivos documentos, que demonstram mudanças sobre o posicionamento e a importância da mulher na Igreja. (2010, p. 54)

Maria Isabel da Cruz (2013) traz a história da mulher dentro da Igreja através da análise de documentos pontifícios. Ela aponta que a participação da mulher na instituição começa a aparecer com mais força por volta do início do século XX, período de mudanças sociais e culturais, no qual a Igreja está superando o período da Inquisição. Ela alerta para o fato de que a presença da problemática da mulher nesses documentos não significa que a Igreja tenha sido favorável a sua luta e organização já que “em vários documentos vamos observar que a Igreja reafirma que o papel da mulher é o de esposa e mãe no contexto da família” (p. 38).

Também há que se considerar que mesmo com uma atenção voltada às mulheres pelos pontífices e através dos documentos eclesiais, uma real mudança quanto a assuntos como sexualidade e direitos reprodutivos, além de alterações na estrutura da Igreja, como a possibilidade de ordenação de mulheres, ainda não ocorreram.

Essas narrativas iniciais sobre a mulher ajudaram a validar as ideias acerca da submissão feminina e da aceitação de determinados papéis sociais como desígnios de Deus e, dessa forma, imutáveis. Todo esse discurso defendido durante milênios faz com que seja difícil enxergar possíveis

aproximações entre o discurso feminista e o da Igreja Católica. Algo que vai ser posto em xeque principalmente nas discussões acerca da modernidade.

Entretanto, temos aproximações e distanciamentos entre Igreja Católica e feminismo em diversos períodos de tempo. Segundo Maria Carmelita de Freitas (2003), a Igreja católica chegou, inclusive, a condenar o feminismo no conjunto dos chamados erros modernos: “o erro moderno mas perigoso depois do socialismo”. Em uma etapa mais avançada de sua trajetória, entretanto, os debates feministas abrem espaço também no âmbito das igrejas. No Brasil, a lógica não é diferente.

Fabíola Rohden (1995) destaca como para muitas feministas a convivência entre religião e feminismo era vista como inconcebível nas décadas de 1960 e 1970 no país. Entretanto, é justamente nesse período que o movimento feminista começa a aparecer com mais força na esfera pública do país e que irão surgir movimentos populares fundamentais para o encontro dessas duas instâncias:

Contudo, é também no período de surgimento e “auge” do movimento feminista que nasce uma série de movimentos populares, que seriam mais tarde responsáveis por uma forma de articulação entre pertencimento religioso e consciência de uma identidade política feminina. Dentre esses movimentos destacam-se no âmbito da Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base (Rohden, 1995, p. 11)

A própria história do movimento feminista no Brasil surge em meio a uma luta comum para a Igreja Católica e movimentos sociais contra o autoritarismo. Apesar de inicialmente a grande maioria dos setores da Igreja ter defendido o golpe, alguns anos depois de deflagrado o mesmo, a Igreja Católica dava seus sinais de descontentamentos.

Esse pensamento se dava principalmente em três áreas: região amazônica, com a violência empregada para com os posseiros e os pequenos agricultores, em grande parte causada pela obra da transamazônica; no Nordeste, com uma injustiça social vinda de séculos e em São Paulo, onde o arcebispo Dom Evaristo Arns denunciava a repressão sobre ativistas da Igreja Católica, organizadores sindicais, estudantes e jornalistas.

Com essa mudança no posicionamento da instituição, o governo aumentou a violência contra os religiosos. Em 1969, depois da morte do guerrilheiro Marighela em São Paulo, foram presos sete frades dominicanos

acusados de terem lhe ajudado. Cada vez mais a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) assumiu um papel ativo na defesa de sacerdotes e leigos contra a tortura ocorrida no país

A partir do início da década de 1970, expressivos setores da Igreja brasileira contrapõem-se abertamente à ditadura civil-militar. Esse novo posicionamento da Igreja Católica frente à sociedade se deve também às mudanças ocorridas na instituição, que formaria uma nova consciência, tendo a luta por justiça e igualdade social um de seus objetivos através da Teologia da Libertação. Essa ideia de “Igreja Popular” passa a valorizar o papel do leigo, dando destaque a trabalhos em pastorais e ministérios laicais. O que propicia o protagonismo das mulheres, excluídas dos ministérios sacerdotais.

A consolidação dessa doutrina cristã se deve, em grande parte, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), através do trabalho em favor da população. E foi a constante presença das mulheres nas Comunidades CEBs e nas pastorais populares abriu caminho para que elas pensassem em sua condição como mulher dentro da instituição

Ana Maria Doimo (1995) vai chamar esse momento, principalmente a partir da década de 1970 de “popular-desenvolvimentismo” na Igreja, pelo qual se abandona a estratégia anterior, centrada no Estado-nação, e foca-se organização autônoma da sociedade civil. Nesse período podemos encontrar a Igreja sendo uma das protagonistas de movimentos sociais no país, como o Movimento Contra a Carestia, Movimento de Luta pela Terra, dentre outros.

A valorização do cotidiano e a rejeição de organizações, principalmente partidos políticos, foi uma característica marcante do período. Os movimentos reivindicativos, como o Movimento pelo Custo de Vida centravam suas ações em procedimentos informais, sem a necessidade de campanhas abertas, nas ruas.

A profusão de ONGs e de colaborações internacionais crescem nos anos posteriores, principalmente aquelas ligadas à ideia da “educação popular”. Dessa forma, reforça-se a ideia de centrar as ações no âmbito da sociedade civil e no estímulo a autonomia dos sujeitos, fazendo-os “serem sujeitos de sua própria história”.

Essas ONGs são frutos desses movimentos de ação direta, sendo também uma forma de buscar mudanças fugindo dos canais convencionais de

participação política. Entretanto, como alerta Doimo (1995), com o tempo essas organizações foram sendo atraídas por outras instituições como as igrejas, as instituições acadêmicas, os partidos políticos e o próprio Estado.

E é nesse contexto de proliferação das ONGs e, principalmente no fim da década de 1980, com discussão acerca dos direitos reprodutivos e institucionalização do próprio movimento feminista que o Católicas Pelo Direito de Decidir surge. Brites (2014) conta que uma história dos bastidores do CDD começa a ser escrita no final de década de 1980 e está relacionada à redemocratização e a necessidade de reconquistar autonomia nas lutas sociais.

Esse panorama político, juntamente com a questão do debate do discurso teológico, propiciou o surgimento da necessidade de conhecer a argumentação “de dentro”, no cerne eclesiológico da Igreja Católica para, por outro lado, pensar como o discurso católico construiu corpos (masculinos e femininos), comportamentos e mentalidades. Com esses elementos catalisadores, o movimento feminista no Brasil e em diversos países da América Latina surge com a proposta de “Católicas pelo Direito de Decidir”. Durante a década de 1980, os centros universitários da grande São Paulo assim como a militância no movimento feminista e o movimento organizado de mulheres fervilhavam em novas ideias, teorias e perspectivas, buscando elementos de análise calcados em um olhar bastante crítico e estruturado principalmente a partir das Ciências Humanas. (2014, p. 43)

Também pode ser considerado um elemento importante nesse processo esse movimento de uma Igreja com a "opção preferencial pelos pobres" trazido pela Teologia da Libertação e com ampla participação de mulheres, principalmente nas CEBs, já que esse espaço vai proporcionar discussões sobre o papel da mulher dentro da instituição.

Apesar de afastadas do exercício do sagrado, através do impedimento da ordenação, as mulheres sempre estiveram presentes no dia a dia das Igrejas. Consideradas as participantes numericamente majoritárias da instituição, passaram a questionar sua valorização dentro da mesma.

Uma das principais características das CEBs foi fazer uma reflexão dos textos bíblicos confrontando-os com a realidade cotidiana vivida pelos leigos. Esse contato com a experiência de outras pessoas, principalmente mulheres pobres, proporcionou que a reflexão sobre as questões de gênero se ampliasse entre as participantes.

A constituição das CEBs foi favorecida por alguns acontecimentos dentro da Igreja Católica, como o Concílio Vaticano II, considerado um passo importante para a Igreja pensar as questões próprias da modernidade, e a conferência de Medellín, que fez uma releitura dos documentos finais do Concílio Vaticano II, à luz da realidade em que vivia a população latino-americana.

Para Faustino Teixeira (1988) as CEBs são fruto da fermentação popular que marcou o início da década de 1960 no país, pontuada por movimentos como a Ação Católica e Movimento de Educação de Base, que trouxeram novas formas de se pensar as relações entre fé e história. Através de uma compreensão crítica do evangelho, criaram condições para a discussão de temas que seriam, mais tarde, focos das CEBs e da Teologia da Libertação.

Esse compromisso com os mais excluídos, entretanto, não proporcionava espaço suficiente para a discussão de pautas específicas das mulheres já que, focada na questão de classe, trazia um discurso que homogeneizava os pobres ou ainda via a questão de gênero como uma luta secundária.

Com a abertura política e com a possibilidade de discutir essas pautas específicas, como a dos direitos reprodutivos, deu-se o afastamento entre o movimento feminista e a Igreja Católica no país. Mas as reflexões proporcionadas pelo contato com diferentes realidades nas CEBs propiciou o surgimento da Teologia Feminista.

3.1. Teologia feminista e a discussão sobre direitos reprodutivos

Apesar de estar vinculada à Teologia da Libertação, a Teologia Feminista surge da constatação que mesmo na Teologia da Libertação não havia espaço para se discutir sobre a situação das mulheres dentro da Igreja. Uma situação marcada pela opressão desde as interpretações bíblicas até as diferenças de poder eclesial.

A Teologia Feminista vai ser um espaço para questionar a influência dos símbolos patriarcais do cristianismo na opressão vivida pelas mulheres e propor, dentre outras coisas, a interpretação contextualizada de textos

religiosos, a fim de que não possam ser usados na subjugação das mulheres, como atesta Ivone Gebara (2007):

Desde o início da década de 1960 muitas mulheres em diferentes lugares do mundo, influenciadas pelo feminismo, começaram a perceber de forma mais clara as relações entre a face simbólica histórica e masculina de Deus e a opressão das mulheres. Perceberam pouco a pouco que a justificação da dominação masculina sobre as mulheres era possível porque a cultura patriarcal tinha seu justificador absoluto, um justificador masculino celeste que presidia a sociedade hierárquica. (2007, p 15)

A Teologia Feminista surge, então, atrelada ao processo histórico de constituição do feminismo. Assim como ele, há nela variedade de perspectivas e correntes. Apesar de existir correntes de pensamento religiosos feminista em outras tradições religiosas, é no cristianismo que ela encontra maior alcance.

Neiva Furlin (2011) defende que na América Latina e no Brasil a Teologia Feminista surge conectada com a Teologia Feminista da Europa e Estados Unidos, porém com as características específicas do contexto sociocultural latino-americano. Ela emerge como uma voz alternativa em um campo majoritariamente masculino. Para a autora, essa é uma voz que surge de mulheres teólogas que passam a questionar os lugares que socialmente lhes foram outorgados como legítimos por um único discurso teológico produzido, em geral, por homens celibatários.

Delir Brunelli (2000) divide a teologia feminista brasileira em quatro fases distintas:

- Fase preliminar – década de 1960: a emergência da mulher na Igreja, especialmente sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pastorais e no contexto de desenvolvimento da Teologia da Libertação.
- Primeira fase – segunda metade da década de 1970: emerge a discussão sobre a teologia e a “questão da mulher”, com produção teológica de mulheres e discussão sobre uma nova hermenêutica.
- Segunda fase – década de 1980: a teologia “na ótica da mulher” percebe e denuncia o caráter androcêntrico, patriarcal e racional do discurso teológico, procedendo uma releitura bíblica, a valorização do sensível, da experiência, do cotidiano, do celebrativo.
- Terceira fase – década de 1990: aproximação à teologia feminista e a mediação de gênero.

Nota-se a importância das CEBs na constituição dessas reflexões, pois, sendo esses espaços majoritariamente femininos, é lá que surgem, a partir da vivência dessas mulheres, problematizações acerca do seu papel dentro da

Igreja, da desigualdade diante os homens e da defasagem entre o discurso do Vaticano e a realidade vivida.

Gebara e Maria Clara Bingemer (1986) defendem que a mulher das classes populares vai ter outro modo de fazer e ver a teologia:

No labor teológico das mulheres delinea-se uma capacidade de olhar a vida como lugar da experiência simultânea da opressão e da libertação, da graça e da desgraça. É uma percepção que inclui o plural, o diferente, o outro. Embora este olhar não sejam um fenômeno exclusivamente feminino, é preciso dizer que ele se verifica de forma surpreendente no meio das mulheres. Nas lutas populares, onde a mulher tem tido um papel de grande importância, essa capacidade de perceber de forma mais unitária as oposições e contradições, os contrastes e as diferenças com inerentes à existência humana tem caracterizado a maneira como as mulheres vivem e exprimem sua fé. (1986, p. 24)

A valorização da experiência, da história de vida de cada mulher é uma das principais características dessa Teologia, recolhendo experiências que exprimem algo vivido e sentido. Partindo de realidades concretas a fim de buscar respostas para os questionamentos. Para Gebara e Maria Clara Bingemer (1986) a teologia praticada pelas mulheres vai fazer com que elementos da vida cotidiana se misturem à fala sobre Deus, pois ela vai exprimir a sua experiência com Deus, que difere da masculina.

A Teologia Feminista vai voltar seu olhar para as experiências dos e das fiéis, abrindo mão de um salvador, ou salvadora, absoluta. Assim, ela não busca ditar normas para a sociedade, mas sim fazer com que as pessoas reflitam sobre suas crenças, não aceitando valores absolutos.

Segundo Rohden (1995) a teologia feminista brasileira ganha impulso a partir da realização de uma série encontros e seminários que acontecem no contexto latino-americano:

O primeiro ocorreu no México em 1979 e teve como principais conclusões a valorização das CEBs como um espaço importante para as mulheres e a necessidade de uma produção teológica especificamente feminina. Os encontros que se seguiram contaram com mulheres de diferentes confissões cristãs e tinham o patrocínio de organismos ecumênicos internacionais, como a ASETT (Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo). (1995, p. 13)

Furlin (2011) ressalta que foi esse contexto de encontros que impulsionou o surgimento do movimento das Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil, e acabou atraindo feministas de outras áreas de saber interessadas por esta nova perspectiva de reflexão das teólogas feministas. Maria José Rosado Nunes, uma das fundadoras do CDD, fazia parte desse grupo que iniciou a trajetória de uma articulação de teólogas em torno de uma produção a partir da perspectiva das mulheres.

A década de 1990 irá enriquecer esse debate com a discussão da categoria de gênero. A realidade das mulheres das CEBs, em especial em relação aos seus comportamentos reprodutivos e sexualidade, quando confrontadas com as posições da Igreja sobre os temas, deixou clara a diferença entre o que é pregado pela oficialidade católica e o dia a dia dessas mulheres, propiciando reflexões sobre pertencimento religioso.

A partir da década de 1990 e vendo a importância de tratar essas questões que se efetiva uma aproximação efetiva entre essas teólogas que problematizam a situação da mulher e o movimento feminista. Rohden (1996) destaca que isso propicia a descoberta entre as semelhanças e diferenças dos seus trabalhos e a troca de experiências.

Nesse período, outra temática se inscreve na agenda feminista - o aborto e dos direitos reprodutivos ganhava força na agenda feminista. Na Conferência das Nações Unidas em Nairóbi (1985) a promoção dos direitos reprodutivos "como uma aquisição fundamental das mulheres para uma justa posição na sociedade" tornou-se um objetivo universal das ativistas feministas (Maria Betânia Ávila, 1993).

Ávila (1993) ainda destaca a importância do retorno das mulheres exiladas durante a Ditadura-Civil Militar, com a promulgação da Anistia em 1979. O acúmulo da militância no exterior ajudou a internacionalizar esse debate. Os direitos reprodutivos foram trabalhados tendo como pano de fundo a questão da saúde da mulher, e as reivindicações feministas foram incorporadas ao Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), formulado pelo Ministério da Saúde no ano de 1983.

A autora destaca, entretanto, que no final da década de 1980, com a articulação de instâncias de representação feminista, ocorre uma ruptura do movimento com o Estado e com a tentativa de ocupação dos seus aparelhos.

Então, nos anos 1990, a tendência dos movimentos feministas foi a de se organizar em ONGs e buscar recursos para objetivar projetos referidos à elaboração, acompanhamento e “controle social” das políticas públicas.

Os diversos encontros e conferências realizadas nas décadas de 1980 e 1990 propiciaram o espaço necessário para que o debate feminista florescesse. Vera Soares (1995) analisa a preparação dos grupos feministas para a IV Conferência Mundial da Mulher realizada em 1995, em Pequim, destacando o papel ativo das ONGs, inclusive o CDD. Ela destaca um acontecimento interessante em uma reunião preparatória para o evento e que mostra como o grupo já era encarado com restrições pela oficialidade católica:

Logo no primeiro dia as organizações de mulheres já se defrontaram com problemas de credenciamento das ONGs devido ao veto do Vaticano a entidade feminista Católicas pelo Direito de Decidir. (1995, p. 187)

A conferência de Pequim se inscreve em um quadro maior de encontros das Nações Unidas, que se inicia em 1992, com a Conferência sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro (ECO-92), na qual as mulheres participaram e tornaram visíveis suas pautas, principalmente no que diz respeito à legitimidade e importância da participação das organizações de mulheres nestes fóruns internacionais.

A Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, é a primeira sobre o tema que destaca as discriminações “baseadas no sexo”, tendo como objetivo erradicá-las. Além disso, a conferência defendeu o direito da mulher à saúde e ao planejamento familiar, o que, embora esteja focado para a saúde da mulher enquanto mãe, diz respeito à saúde reprodutiva.

Em 1994, realizou-se, no Cairo, a conferência sobre Desenvolvimento e População, na qual se destacou a necessidade de se fortalecer as ações voltadas à saúde e aos direitos reprodutivos das mulheres, colocando-as como prioridades nas políticas públicas relacionadas a população, garantindo a autodeterminação das mulheres de controlar o seu poder reprodutivo e sua sexualidade.

O CDD, fundado em 1993, surge nesse contexto de intensa discussão acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, trazendo como uma de suas

principais pautas, o que permanece até hoje, a defesa do livre arbítrio das mulheres acerca das decisões envolvendo seu corpo.

Em 1997, com a vinda do papa João Paulo II ao Brasil, o grupo tem a oportunidade de tentar influir no debate público através da pauta do aborto. Myriam Santim (2005) esclarece que a partir do ciclo de conferências da ONU nos anos 90 essa estratégia passou a ser cada vez mais incorporado por ONGs e ativistas feministas da América Latina:

Entre os materiais publicados para a vinda do Papa merecem destaque a “Carta Aberta por Ocasão da Visita do Papa ao Brasil” elaborada pelas Católicas pelo Direito de Decidir e assinada por mais de 100 entidades e grupos de quase todos os Estados do país. Nele se reconhecem os esforços da Igreja Católica para enfatizar a dimensão social da fé cristã, particularmente através da opção preferencial pelos pobres. Mas apresentam-se também as inquietações e esperanças das mulheres, elencando os direitos que estas gostariam de ver defendidos pela Igreja Católica, propondo um diálogo entre as mulheres e a Igreja (p. 303).

A partir desse momento, o Católicas aparece com mais força no cenário nacional, defendendo o diálogo amplo entre a Igreja e as mulheres e o direito de decisão das mesmas sobre seus corpos e suas vidas, preceitos importantes da sociedade moderna.

3.2. Igreja Católica e Modernidade: Novas concepções de Deus e indivíduo

O processo de desencantamento do mundo, de acordo com Max Weber, é fruto da racionalização do homem moderno, que coloca em xeque o mundo pré-moderno, envolto em suas tradições e dogmas religiosos que moldavam as condutas sociais. A partir do desenvolvimento tecnológico e científico da modernidade através do capitalismo, temos a crítica a essas verdades estabelecidas e a religião se altera profundamente com isso.

A partir do momento no qual o homem começa a dominar cada vez mais a natureza e encontrar explicações para os fenômenos ao seu redor, há a percepção de que as explicações transcendentais não são mais tão necessárias. Esse processo vai propiciar diálogos com a religião então dominante na sociedade ocidental, o catolicismo. Sejam eles positivos,

tentando refletir sobre os preceitos fundantes da mesma, ou negativos, passando pela via da rejeição ou condenação da crença religiosa.

O texto de Luiz Fernando Duarte (1983) nos lembra da oposição entre razão e religião, como um tema clássico da modernidade. O pensamento Iluminista que envolveu a ideia trazia suas “luzes” para clarear as trevas em que a religião havia mergulhado o ser humano. Para o autor, a religião era vista como algo a ser vencido para a real eclosão do Sujeito Pleno. Ele atesta que o valor fundamental da cultura moderna estaria contido na ideia do indivíduo. A ascensão desse sujeito moderno vai trazer a dificuldade em aliar esse indivíduo, dominador da natureza e construtor da história, com um Deus todo-poderoso, que conduz ele mesmo a história humana a seu bel-prazer.

A noção de Deus vai sendo então alterada e ele passa a ser enxergado em um nível transcendental, fundamento último da razão e liberdade humana. Deus se mostra, segundo Mário de França Miranda (1992) , quando o ser humano se pergunta pelo sentido último da totalidade de suas experiências. As ações dele não se situam, assim, no mesmo nível do que as de suas criações, dando independência no seu agir, uma das premissas desse indivíduo moderno.

Dessa forma, a modernidade atrelou a salvação à liberdade do ser humano. Deus deixa de ser o ser onipotente que define os rumos da humanidade e passa a agir na história através desse livre-arbítrio conferido aos indivíduos. Deus como salvação implica, então, que o ser humano perceba diante de suas ações o sentido destas, que está conectado com a verdade última, Deus.

Para Miranda (1992) essa crítica da modernidade ao cristianismo é sobretudo pela sua pretensão de ser a instância de salvação. Uma instância superior ao homem, vinda de fora, depois de sua morte. Esse pensamento alienaria o homem de sua responsabilidade na história. Pierre Sanchis (1997) acrescenta que esse mundo desencantado é tipicamente aquele que vai dar origem à Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pois ambos vão trazer a responsabilidade da história para o ser humano, para as suas construções sociais.

Para Miranda (1992) a modernidade vai trazer o pluralismo religioso. Ele atinge fortemente a consciência do católico constituindo a atual sociedade

pluralista, com a secularização da cultura, e a laicidade do Estado. Dessa forma, falar sobre religião no mundo contemporâneo traz a questão da modernidade como pano de fundo.

Carlos Steil (2001) defende que a sociedade moderna é caracterizada pela pluralidade religiosa. Essa pluralidade, para o autor, atingiu o catolicismo:

As opções para expressar o “ser católico” se multiplicaram nesses últimos anos, de modo que as suas possibilidades podem variar das formas mais tradicionais às mais político-libertárias ou emocional-carismáticas. (2001, p. 3)

Entretanto, grupos majoritários da igreja católica ainda trazem um discurso conservador sobre tópicos como o aborto e a sexualidade feminina, pontos importantes da pauta dos movimentos feministas. Analisar de que forma novos grupos lidam com essas questões e como a representação feminina é colocada diante disso é importante para compreendermos melhor as questões de gênero hoje em dia.

Myriam Santin (2005) argumenta que a Igreja Católica encontrou sérias dificuldades para aceitar e conviver com a ampliação e conquista dos direitos sexuais e reprodutivos. Para a autora, isso se deve a visão biológica da sexualidade e reprodução defendida pela instituição e a sua não aceitação da modernidade e do reconhecimento que ela faz da autonomia dos indivíduos no uso de seu corpo e subjetividade “e na concepção de indivisibilidade do indivíduo-cidadão e de esfera-pública e esfera-privada” (p. 246);

Para Cátia Rodrigues (2003) a solução das mulheres católicas, ao perceberem a incompatibilidade entre suas práticas e os valores de sua religião, é a busca de novos caminhos e interpretações de sua crença:

“Migram” dentro da própria religião, como quem muda de cidade em busca de melhores condições de vida sem, contudo, mudar de país. Ou seja, dando novos significados à orientação religiosa, é possível elaborar uma identidade religiosa alternativa para vivenciar sua espiritualidade (2003, p 44)

A autora defende que é nesse sentido que podemos compreender a identidade dessas mulheres católicas modernas, através da reavaliação da tradição e a reinterpretação de campos como a sexualidade à luz da modernidade. O Católicas pode ser entendido a partir dessa ideia, como uma

voz dissonante da oficialidade católica ao valorizar o livre-arbítrio e a escolha dos indivíduos, preceitos característicos da modernidade.

Entretanto, devemos considerar que essas alterações no cenário religioso e, em especial, no posicionamento das mulheres diante desse cenário, não é fruto apenas da modernidade. Temos, nas últimas décadas uma ampliação democrática no Brasil, aliada ao empoderamento das mulheres via entrada no mercado de trabalho e visibilidades pautadas pelo feminismo que devem ser consideradas nesse contexto.

Aproprio-me aqui das noções de poder simbólico e campo religioso de Pierre Bourdieu, interpretadas por Brites (2014). A autora demonstra como a noção de campo é útil para analisarmos o cenário religioso e as vozes dissonantes encontradas dentro dele:

O campo religioso é para Bourdieu um espaço no qual é preciso definir que agentes o compõe (padre, profeta, feiticeiro, etc.) e que “lutam pela imposição legítima não só do religioso, mas também das diferentes maneiras de desempenhar o papel religioso.” Assim, os discursos e a noção de campo religioso sofrem diversas influências e mediações que os distanciam do fato e, por essa razão, só é possível compreender plenamente esses discursos se percebermos que eles são construídos no espaço e no tempo, através de engendramentos de sentido que se transformam espacial e temporalmente. A partir disso, é possível buscar compreender como se dão os arranjos e construções discursivas como mecanismos de poder, dentro de fora do campo religioso e como esses arranjos tornam-se componentes da instrumentalidade de um discurso outro, dissonante, que difere do conjunto das produções discursivas oficiais sobre a sexualidade das mulheres e sobre a questão do aborto na contemporaneidade. (2014, p. 34)

Nesse sentido, a noção de Bourdieu nos ajuda a compreender como a oficialidade católica usa seu poder discursivo para produzir relações de poder. Dotado de capital simbólico religioso, ela irá atuar na construção de representações de mundo, ajudando a legitimar a desigualdade entre os gêneros.

Entretanto, pensar a religião enquanto campo abre espaço para olharmos as disputas que ocorrem no mesmo. A relação entre sociedade e religião não perpassa um caminho único, mas abriga em si influências e tensões mútuas. Dessa forma, é importante pensar o papel do discurso do CDD dentro desse contexto.

Sherry Ortner (2007) irá trazer uma crítica à ênfase de Bourdieu em estruturas profundamente internalizadas, controladoras e, em grande medida, inacessíveis à consciência dos sujeitos. Para a autora, essa visão, ao atribuir um papel muito maior às forças impessoais de coerção, irá considerar menos a prática e as possibilidades de mudança, já que a ênfase de dará à reprodução social, e não à transformação.

A teoria da prática surge no final da década de 1970 como contraponto as teorias dominantes no período, a antropologia interpretativa ou “simbólica”, a economia política marxista e o estruturalismo, que já começava a ser substituído por vários pós - estruturalismos. Ortner (2007) explica que, apesar de serem paradigmas diferentes e até opostos, as teorias traziam a coerção durkheimiana como um de seus elementos fundantes. Para essas teorias, o comportamento humano era definido por formações sociais e culturais externas, como a cultura, o capitalismo, dentre outros.

Longe de negar as coerções de vários tipos, pensando aqui desde a socialização, aos constrangimentos das materialidades, a teoria da prática tenta devolver o ator ao processo social, mas sem deixar de considerar a estrutura mais ampla que exerce coerção sobre as suas ações. Ortner (2007) irá defender que a reprodução social nunca é total, mas vulnerável às pressões e instabilidades das situações, e que são nas brechas do sistema que as mudanças vão se construindo.

A autora irá pontuar que embora a maioria das práticas possa ser “conservadora”, operando dentro de marcos existentes de significado e reproduzindo-os, esses significados podem ser modificados na prática. Para ela, uma teoria puramente baseada na coerção, sem considerar nem a agência humana nem os processos que produzem e reproduzem as práticas sociais deve ser superada.

Dialogando, através de Ortner, com Bourdieu, autor que me ajuda a pensar na composição de campos e subcampos em disputa, percebo que o sociólogo francês traz uma abertura para a complexidade das relações de poder e que mesmo a reprodução das estruturas estruturadas não é um fenômeno simples de subjugação dos dominados e dominadas. No entanto as obras de Bourdieu mais importantes para pensar o feminismo como “A dominação masculina” acabam destacando a universalidade, construído sobre

a base de uma análise local da sociedade Cabila, na qual é a reprodução que se marca e não as possibilidades de transformação do campo de gênero pelas ações dos sujeitos.

É dentro dessa visão que busco pensar o Católicas. Analisar suas ações e discursos necessita um olhar para essa disputa de poder no qual o grupo se insere. Ao se contrapor à voz oficial da Igreja, defendendo novas possibilidades de ser católico e católica, e tentando demarcar um novo posicionamento dentro desse campo, o grupo se coloca como agente na busca de alterações na estrutura dominante.

O papel do processo histórico nessa teoria é fundamental para Ortner (2007). Para a autora, muitas vezes a concretização das práticas só pode ser percebida posteriormente:

(...) a construção de sujeitos sociais, muitas vezes desde a infância; as práticas de vida de jovens e adultos; a articulação dessas práticas com acontecimentos mais amplos do mundo, que, com frequência, têm um ritmo muito diferente. Embora se possam formular hipóteses – mais provavelmente conjecturas – sobre as implicações, em longo prazo, de práticas atuais, seus efeitos, em termos de reprodução e de transformação social, só costumam ser visíveis, ou interpretáveis, algum tempo depois do fato. (2007, p. 29)

Dessa forma, futuras análises podem mostrar de que forma o impacto do Católicas e de outros agentes que buscam promover outro olhar sobre as estruturas sociais dominantes consegue (ou não) alterar as visões arraigadas dessas estruturas diante da sociedade, alterando práticas e maneiras de pensar os temas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei esse trabalho uma de minhas principais motivações foi entender de que forma o Católicas pelo Direito de Decidir consegue conciliar catolicismo e feminismo, dois campos que parecem, à primeira vista, ser tão contraditórios. A pesquisa me proporcionou enxergar para além do que acreditava representar a religião. Ao entrar em contato com um pouco mais da história da Igreja Católica, suas disputas internas e diferentes ideologias, pude perceber que o CDD representa, talvez em um âmbito mais radical e conhecido, o que sempre existiu ao longo da história da Igreja Católica, contradições e lutas pela defesa da hegemonia de posições.

O Católicas concilia feminismo e catolicismo através de um discurso teológico que usa como referência pensadoras da Teologia Feminista como Ivone Gebara, que buscam trazer um novo olhar para a religião, partindo da realidade concreta das e dos fiéis e da reinterpretação de textos sagrados, levando em consideração o momento em que foram escritos e buscando neles modelos de empoderamento para as mulheres.

Ao usar documentos produzidos pela Igreja, o CDD acha brechas para a defesa de suas pautas, principalmente utilizando o argumento da autonomia do indivíduo, através do “recurso à consciência individual” que defende que o ser humano não será julgado por Deus em razão do seguimento de leis ou normas de qualquer índole, mas em razão do seguimento da sua consciência. Essa ideia é extremamente importante na defesa da pauta do aborto, pois permite que as mulheres que interromperam ou irão interromper a gravidez visualizem uma saída dentro da própria instituição da qual fazem parte.

Essa lógica de defesa da autonomia do indivíduo é recorrente no discurso do grupo. O CDD defende a autoridade das mulheres em todos os âmbitos de sua vida, deixando claro que a instância última de decisão delas é a sua própria consciência. O que dá sustentação a esta ideia é essa nova concepção de Deus. Um Deus que não se coloca como governante supremo e dá independência ao agir desse indivíduo moderno. Dessa forma, ao me deparar com esse discurso do CDD pude compreender que o grupo se insere em uma lógica moderna de catolicismo, sendo esse conceito, o de modernidade, fundamental para compreendê-lo.

Ao fornecer subsídios para outro pensamento, através de um estímulo a publicações que mostrem uma outra visão de catolicismo, assim como com materiais próprios, o CDD sinaliza que há um outro caminho a ser seguido para aqueles e aquelas que não querem abandonar sua fé mas que ao mesmo tempo não se adequam as visões propagadas pela voz oficial da Igreja.

O discurso do grupo, tanto nos materiais, quanto nas entrevistas, busca mostrar que a história da Igreja Católica é marcada por conflitos e diferentes posicionamentos ao longo do tempo. E ao mostrar essa diversidade no decorrer da história da Igreja, o grupo defende que pautas hoje consideradas tabus, como aborto e união homoafetiva também podem sofrer alterações, que se adequem à realidade dos e das fiéis hoje.

Através de suas ações, o CDD mostra um modo profissional de se militar, com o uso de variadas ferramentas e discursos que se dirigem a distintos públicos. Ao longo do trabalho, fui percebendo que os campos de trabalho analisados se complementavam, na medida em que traziam novas informações sobre o CDD que não poderiam ser encontradas com uma análise de apenas um local.

Em um primeiro momento, apenas analisaria a página do grupo na rede social Facebook, entretanto, senti a necessidade de um contato mais próximo a fim de compreender mais a fundo quem faz esse grupo, quem são essas mulheres. A partir das entrevistas tive contato com os materiais impressos e vi neles a possibilidade de melhor compreender o discurso do CDD. Vendo como a temática do aborto era recorrente, resolvi procurar discursos sobre o tema também nos meios de comunicação.

As conexões foram se dando também na medida em que percebia que os materiais analisados, rede social, entrevista, material impresso, tinham seus limites. A análise da página no Facebook trouxe valiosos indicativos sobre o grupo. Por ser o contato inicial, foi nela que descobri o CDD enquanto uma voz alternativa da Igreja, entretanto, não versada em ambientes virtuais, me faltava a capacidade de enxergar quem estava por trás daquelas postagens e ideias. As entrevistas me mostraram, ainda que não completamente, quem eram aquelas pessoas e de que forma a organização era gerida. Mas ainda, e crédito isso a falta de perguntas essenciais e a perda de dados, faltava ficar mais

próxima do discurso realizado pelo grupo, o que me foi propiciado pela análise dos materiais por ele produzidos.

O discurso do CDD, embora mantenha sólida a defesa de suas pautas, se adequa a proposta dos materiais, levando em consideração seu público-alvo e os objetivos do material. A análise das cartilhas deixou isso claro. Aquelas voltadas a especialistas de determinadas áreas continham informações técnicas que não estavam presentes naquelas que se dirigiam a população em geral, nessas priorizadas a aproximação com o público, através de textos de fácil leitura, simulações de conversas informais e, às vezes, com a utilização do recurso da imagem para defender determinado ponto, como no exemplo da fotonovela.

Além dos analisados aqui, o CDD conta com uma gama diferenciada de materiais. Ao estimular publicações que tratem de Teologia Feminista e de temas que permitam um novo olhar para a Igreja Católica, o grupo também foca em outro tipo de público alvo, especialistas e estudiosos em Teologia e áreas afins. Esses materiais, livros e artigos, trazem características diferentes dos que foram analisados neste trabalho, apresentando uma linguagem acadêmica e conceitos elaborados com profundidade.

A página do Facebook investe em temas e campanhas que toquem em assuntos tabus, como o aborto. Para tal plataforma é importante o acesso e a visualização de suas postagens, assim sendo, podemos considerar que essa reiteração em trazer esse tema à tona também faz parte de uma estratégia que busque dar maior visibilidade ao grupo. Importante ressaltar que posicionamentos contrários ao CDD são facilmente encontrados na página, mostrando como o grupo está aberto, ou assim se mostra, a críticas e posicionamentos contrários.

A preocupação do grupo com a comunicação se faz presente desde sua entrada no cenário nacional. As integrantes do grupo, todas pesquisadoras com mestrado e/ou doutorado, participam ativamente de entrevistas, debates e palestras em meios de comunicação e universidades, sempre tentando inserir as ideias do grupo na agenda pública.

Além disso, o posicionamento diante de decisões da oficialidade católica é constante. Podemos encontrar em seu site respostas às principais questões que vêm a público através de artigos e cartas escritas pelas integrantes e

colaboradoras/colaboradores do grupo. Tomo aqui como exemplo a carta escrita em setembro de 2015 em resposta a declaração do Papa Francisco de que irá dar permissão a todos os padres para perdoar formalmente as mulheres que tiveram abortos e buscarem perdão durante o Ano Santo da Igreja Católica, que vai de dezembro de 2015 a novembro de 2016:

Como Católicas pelo Direito de Decidir, apreciamos sinceramente que, no marco do Ano da Misericórdia, você tenha compreendido o dilema em que muitas mulheres se encontram diante do imperativo de interromper uma gravidez não desejada e em consequência disso tenha concedido aos sacerdotes, já não mais única e exclusivamente aos bispos, a função de absolver o que tem chamado de “o pecado do aborto”.

Como crentes, como muitas teólogas e teólogos, consideramos que o aborto não é pecado quando as mulheres tomam essa decisão com consciência, de maneira informada e orada e obrigadas pelas circunstâncias: quando a gravidez foi fruto de um estupro, por problemas de saúde, por correr risco de vida, porque estão vivendo uma situação econômica ou social difícil, ou meninas que foram abusadas sexualmente, entre outras. Em nenhum caso, as mulheres, nem nas situações mais extremas, vivemos o dilema do aborto de maneira superficial, como lamentavelmente você mencionou.

Para as mulheres, como para qualquer ser humano, a vida é muito valiosa. Quem aborta não o faz porque perdeu a sensibilidade diante da vida. Para a grande maioria delas, a vida é tão valiosa que não estão dispostas a trazer uma pessoa ao mundo em condições de violência, pobreza e infelicidade tanto para essa vida que inicia como para suas famílias.

Muitas de nós mulheres temos encontrado em algumas legislações civis mais misericórdia e justiça do que na nossa própria Igreja, porque as leis nos consideram como pessoas adultas com capacidade para tomar decisões. Algumas leis deixam de considerar o aborto um delito porque ponderam os dois lados, o da vida no cerne e o da vida da mulher, e tem considerado as distintas circunstâncias em que vivem as mulheres que abortam sem que sejam castigadas por isso. Lamentavelmente, muitos bispos no mundo continuam estigmatizando essas nossas irmãs e pressionando as autoridades civis para que sejam castigadas.

Valorizamos muito seus esforços por uma Igreja incluyente, misericordiosa, amorosa, acolhedora, que compreenda as alegrias e tristezas de todas as pessoas, que recupere a plena comunhão sem estigmatizar ninguém. Valorizamos que tenha compreendido as circunstâncias que tem conduzido as mulheres a tomar esta difícil decisão, que reconheça que na maioria dos casos está subjacente “um drama existencial e moral” e uma decisão dolorosa. Certamente seria fundamental também que considerasse que a despenalização do aborto tem ajudado a salvar muitas mulheres, tem reduzido sua prática clandestina, insegura e em condições insalubres.

A carta, assinada não apenas pelo CDD-Brasil, mas pela rede latino-americana do grupo, deixa clara a sólida posição do grupo em relação ao tema. O Católicas luta para que o aborto não seja mais visto como pecado e que as mulheres que recorreram à prática não sejam penalizadas, mas compreendidas dentro de suas realidades e apoiadas. De forma pungente, o grupo mostra não se contentar com pequenos avanços, mas pleiteia uma nova visão sobre o tema.

Esse posicionamento consistente perpassa todo o discurso do grupo. CDD defende uma nova visão sobre o papel da mulher e de outros grupos oprimidos dentro da Igreja Católica. Defende uma reforma que venha de dentro e que permita que os e as fiéis possam continuar professando suas crenças, mas readaptando-as à sociedade moderna.

Ortner (2007) defende que a dominação sempre esteve dividida por ambiguidades, contradições e lacunas. O discurso do campo religioso também pode ser visto dessa forma. No decorrer desse trabalho, através do contato com as mudanças e disputas ao longo da história da Igreja Católica, podemos perceber que o poder e a hegemonia sobre determinados posicionamentos sempre esteve em disputa.

O CDD insere-se nesse campo vislumbrando ser um agente que irá propiciar uma mudança em relação ao modo de ver as mulheres dentro da instituição, mas vai além disso. Ao se posicionar em defesa dos direitos das mulheres e levantando a bandeira do feminismo, o grupo busca mudanças que ultrapassam os limites da Igreja. Tentei mostrar através do discurso e das ações do grupo de que forma ele opera para chegar a esse fim. Outros

trabalhos podem ajudar a iluminar essa questão do poder, mostrando de que forma o uso das brechas do sistema realmente tem impacto no todo social.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Janice Marie Smrekar. **A mulher na Igreja da América Latina depois do Concílio Vaticano II**. Paralellus, v. 1, n. 2, p. 53-77, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. **Modernidade e cidadania reprodutiva**. Estudos Feministas, v. 1, n. 2, p. 382, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo (Edição revista e atualizada)**. Lisboa: Edições, v. 70, 2009.

BRITES, Francine. **Católicas pelo Direito de Decidir: Vozes dissonantes e discursos católicos sobre o aborto (1990 – 2010)**. 2014. 151f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **“Esboço de uma teoria da prática”** In: ORTIZ, Renato (org.) *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2003.

BRUNELLI, Delir. **Teologia e gênero**. In: SUSIN, Luiz Carlos. *Sarça ardente – Teologia na América Latina: Prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 209-218.

CALDEIRA, Teresa. **"A presença do autor e a pós-modernidade"**. *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, julho de 1988. p. 116-132.

CARVALHAL, Raquel Tamborindeguy. **O design e a construção de uma identidade feminina na Revista TPM**. 2006. Disponível in <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16255>.

CLIFFORD, James. **Itinerarios transculturales**. Barcelona, 1999.

DE MIGUEL, Ana; BOIX, Montserrat. **Os gêneros da rede: os ciberfeminismos**. *Internet em código feminino*, p. 39-77, 2005.

DE SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça; DE MELO, Marcelo Soares Tavares; SANTIAGO, Maria Eliete. **A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DUARTE, Luiz Fernando D. **O culto do eu no templo da razão**. *Boletim do Museu Nacional*, v. 41, p. 2-27, 1983.

FARIAS, Zaíra Ary. **Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. Annablume, 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. SP Global, 1987

FERRARO, Benedito. **"Questões contemporâneas para a teologia na perspectiva de gênero."** Gênero e teologia. Loyola, São Paulo (2003).

FURLIN, Neiva. **Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico**. Revista de Estudos da Religião (REVER), v. 11, n. 1, p. página 139, 2011.

GEBARA, Ivone. **O que é Teologia Feminista**. Brasiliense, 2007.

GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **A mulher faz teologia**. Vozes, 1986.

GIUMBELLI, Emerson. **Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. Masculinidades. Florianópolis, p. 4-37, 2004

FREITAS, MC de. **Gênero/Teologia feminista: interpelações e perspectivas para a teologia—relevância do tema**. Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

JÚNIOR, Mário José Lopes Guimarães. **O ciberespaço como cenário para as ciências sociais**. Ilha Revista de Antropologia, v. 2, n. 1, p. 139-154, 2000.

LEITAO, Débora Krischke; GOMES, Laura Graziela. **Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life**. Revista Cronos, v. 12, n. 2, 2013.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990

LIMA, Raquel dos Santos Sousa; TEIXEIRA, Igor Salomão. **Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX**. HORIZONTE, v. 6, n. 12, p. 113-126, 2009.

MAGNANI, J.G. **"A etnografia como prática e experiência"**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARCUS, George. **Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal**. Alteridades, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MIRANDA, Mário de França. **"A salvação cristã na modernidade"**. BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. O impacto da modernidade sobre a religião. Edições Loyola, 1992.

ORTNER, Sherry B. **Teoria na antropologia desde os anos 60**. Mana, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PEIRANO, Mariza. **O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos**. Horizontes Antropológicos, v. 15, n. 32, p. 53-80, 2009.

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, p. 215-53, 2008.

RODRIGUES, Cátia S. Lima. **Católicas e Femininas: identidade religiosa e sexualidade de mulheres católicas modernas**. Revista de Estudos da Religião, n. 2, p. 36-55, 2003.

ROHDEN, Fabíola. **Catolicismo e Protestantismo: o feminismo como uma questão emergente**. Cadernos Pagu, p. 51-97, 1997.

ROHDEN, Fabíola. **Feminismo do sagrado: o dilema "igualdade/diferença" na perspectiva de teólogas católicas**. 1995. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995.

SANCHIS, Pierre. **As religiões dos brasileiros**. HORIZONTE, v. 1, n. 2, p. 28-43, 1997.

SARMENTO, André. **Desvendando múltiplas máscaras do jogo social no mundo virtual: estudo antropológico sobre o fenômeno do orkut**. Revista illuminuras v. 7, n. 16, PPGAS/UFRGS, 2006.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade. Vol. 20 (2), 1995.

SOARES, Vera. **O Contraditório e Ambíguo Caminho para Beijing**. Estudos Feministas, v. 3, n. 1, p. 180, 1995.

STEIL, Carlos Alberto. **Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso**. Ciências sociais e religião. Porto Alegre. Vol. 3, n. 3, p. 115-129, 2001.

STRATHERN, Marilyn. **Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 83-104, 2009.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. Edições Paulinas, 1988.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto; DE CASTRO MENEZES, Renata. **Catolicismo plural: dinâmicas contemporâneas**. Editora Vozes, 2009.

VARGAS SANTIN, Myriam Aldana. **Sexualidade e Reprodução. da Natureza aos Direitos: A Incidência da Igreja Católica na Tramitação do Projeto de Lei 20/91–Aborto Legal e Projeto de Lei 1151/95–União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo.** 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Zahar, 1987.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico.** Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. **O Desafio da cidade – novas perspectivas da antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Sites visitados

<http://www.cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/> Acessado em 21 de setembro de 2014.

<http://www.catolicasonline.org.br/> Acessado em 23 de junho de agosto de 2014.

<http://www.catolicasonline.org.br/> Acessado em 11 de setembro de 2014.

<http://www.catolicasonline.org.br/> Acessado em 28 de agosto de 2015.

<http://www.catolicasonline.org.br/> Acessado em 10 de setembro de 2015.

<http://revistatpm.uol.com.br/entrevistas/catolicas-pelo-direito-de-decidir.html/> Acessado em 21 de setembro de 2014